O ECO
Jornal da Ilha Grande

Novembro de 2021 - Edição 271 - Ano XXII

Abraão, Ilha Grande, Angra dos Reis - RJ

TRÊS ARROIOS, A PEQUENA E CHARMOSA CIDADE ESCONDIDA NO ALTO URUGUAI

Foto: Raissa Jardim



PÁGINA 19

QUESTÃO AMBIENTAL

MUNICIPALIZAÇÃO DA APA TAMOIOS, ACOMPANHE O CASO!

PÁGINA 03

TURISMO

O PARAÍSO DO PINGUIM-DE-PENACHO-AMARELO EM PUERTO DESEADO

PÁGINA 17

NOTÍCIAS

SANTOS É A PRIMEIRA DO MUNDO A ESTABELECER CULTURA DE PRESERVAÇÃO DOS OCEANOS NA REDE DE ENSINO

PÁGINA 24

DIRETOR EDITOR: Nelson Palma
CHEFE DE REDAÇÃO: Núbia Reis
CONSELHO EDITORIAL: Raissa Jardim, Núbia Reis.
DIAGRAMAÇÃO: Raissa Jardim

DADOS DA EMPRESA:
Palma Editora LTDA.
Rua Amâncio Felício de Souza, 110
Abraão, Ilha Grande-RJ
CEP: 23968-000

CNPJ: 06.008.574/0001-92
INSC. MUN. 19.818 - INSC. EST. 77.647.546
Telefone: (24) 3361-5410
E-mail: oecojornal@gmail.com
Site: www.oecoilhagrande.com.br

As matérias escritas neste jornal, não necessariamente expressam a opinião do jornal. São de responsabilidade de seus autores.



EDITORIAL

FÉ

Palavra monossilábica de duas letrinhas, que perturba muita gente, também tranquiliza muita gente. É um sentimento que necessitamos para admitir que há algo além de nós, capaz de nos mostrar aquilo que temos como inexplicável. Provar Deus é difícil, negar Deus, para mim, impossível! Por mais que meu privilégio "de ser pensante" me coloque no ciclo comum dos mortais, algo me diz: impossível. Todo o ser vivo é movido por uma máquina polivalente, complexa e capaz de fazer com que cada órgão seja outra máquina fazendo um conjunto chamado vida, funcionando harmonicamente, formando um todo capaz de se autoconsertar, reproduzir-se, controlar-se e sentir todos os prazeres ou angústias do sentimento, comandado por um ponto centrar, cuja autonomia é um enigma, portanto indecifrável: o cérebro.

A partir do limite desse pensamento me obrigo a acreditar que algo em forma de energia, ou qualquer coisa semelhante existe como criador desse complexo sistema chamado vida. Não me restam saídas a não ser entender que Deus existe. Mas minhas limitações racionais impedem que eu entenda algo, até aqui, imaginário. Resta apenas uma saída, tida para muitos pensadores como um "tiro no escuro". Ter fé é o que necessitamos! Quem tem fé, tem esperança e quem tem esperança tem capacidade e razão para lutar até alcançar sua pretensão. Nada podemos realizar, se não acreditarmos no que pretendemos.

Caro leitor, você deve estar imaginando que sou mais um, a procura de ovelhas para seu rebanho. Não! O privilégio de ser capaz de pensar me leva a não parar porque cheguei em obstáculo intransponível. Um muro não pode me impedir de não ver o que tem do outro lado e só alcançará ver, quem tentar alcançar o outro lado. Por isso faço esta provocação para pensar com análise mais profunda a questão fé. Ela poderá não abrir um caminho para "falar com Deus", como gostaríamos que fosse, mas, por certo nos trará o alento que necessitamos, de mesmo sem entender, sem ver e sem sentir, admitirmos Deus como criador de todas as coisas e nos dotarmos da esperança de que um dia poderemos entender o mistério da criação e o mistério da fé.

Desculpas leitor! Por mais abstrato ou enigmático que isto lhe pareça, a questão existe e a fé detém muito próximo da totalidade da humanidade. É um respaldo muito forte para não nos sentirmos sozinhos. Você não acha? Vamos pensar nisso!

O Editor

Sumário

03 QUESTÃO AMBIENTAL
17 TURISMO
19 MATÉRIA DE CAPA
22 INFORMATIVO O ECO
23 COISAS DA REGIÃO
24 TEXTOS, NOTÌCIAS E OPINIÕES
26 COLUNISTAS
28 INTERESSANTE

Este jornal é de uma comunidade. Nós optamos pelo nosso jeito de ser e nosso dia a dia, portanto, algumas coisas poderão fazer sentido somente para quem vivencia nosso cotidiano. Esta é a razão de nossas desculpas por não seguir certas formalidades acadêmicas do jornalismo. Sintetizando: "É de todos para todos e do jeito de cada um"!

AUDIÊNCIA PÚBLICA DISCUTE PROJETO DE LEI QUE QUER MUNICIPALIZAR ÁREAS DE PRESERVAÇÃO EM ANGRA DOS REIS

Projeto que altera gestão da APA Tamoios é da deputada Célia Jordão, esposa do prefeito de Angra. Cerca de 40 organizações se manifestaram contrárias ao PL

Por Cristiane Prizibisczki, de O Eco.org

A Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ) realiza, nesta quinta-feira (2), uma audiência pública para discutir o Projeto de Lei Complementar nº 41/2021, que municipaliza a gestão da Área de Proteção Ambiental (APA) de Tamoios, localizada no cidade de Angra dos Reis (RJ). A proposta é da deputada Célia Jordão (Patriota), esposa do atual prefeito de Angra, Fernando Jordão.

Além de transferir para o município a gestão desta unidade de conservação, hoje executada pelo Governo do Estado, o projeto também prevê a revisão dos planos de manejo de todas as áreas protegidas dos municípios da região da Costa Verde, no litoral fluminense.

O projeto, protocolado na ALERJ em setembro passado, tem provocado forte reação contrária de organizações da sociedade civil da região. Elas reclamam, principalmente, da falta de diálogo.

"A proposta de municipalização da Área de Proteção Ambiental de Tamoios e demais Unidades de Conservação só interessa aos políticos que hoje governam a região servindo aos interesses da especulação imobiliária. Assim como foi com a abertura da estrada Rio-Santos, na década de 1970, mais uma vez estão negando aos povos tradicionais o direito de consulta prévia, impondo de forma arbitrária ao território mudanças importantes que vão transformar a vida das próximas gerações", diz Davi Paiva, da comunidade tradicional caiçara de Trindade e membro da Coordenação Nacional dos Povos Tradicionais Caiçaras (CNPTC) e do Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba.

Como justificativa para a municipalização da APA de Tamoios, o Projeto de Lei Complementar argumenta que a existência da unidade de conservação restringe o desenvolvimento local. A proposta estabelece que o Plano de Manejo da área se adapte ao plano diretor de Angra, à lei de uso do solo e outras regras do município, a fim de proporcionar o alegado desenvolvimento da região.

"Flexibilizar e fragilizar a legislação ambiental nesse momento é voltar num tempo cada vez mais presente no qual as grilagens de terra destroem o que restou de comunidades tradicionais, dando lugar a novos condomínios de luxo e privatizando ainda mais as praias da região", complementa Davi Paiva.

A APA de Tamoios abrange uma extensão de 22.530 hectares em áreas continentais e insulares, compreendendo complexos contextos ambientais, sociais, econômicos e culturais. Criada há 40 anos para proteger a fauna e flora da região, a unidade alcança 70 ilhas, das quais 56 seriam impactadas pelo projeto proposto.

Em outubro passado, 15 entidades da sociedade civil da região de Angra dos Reis já haviam enviado uma nota à ALERJ manifestando a discordância em relação à proposta da deputada Célia Jordão.

No documento, eles ressaltam que a única área de proteção ambiental administrada pelo município de Angra, a APA de Banqueta, nunca teve sua gestão organizada.

"A Unidade não tem Plano de Manejo, nem conselho gestor e nunca teve equipe técnica ou gestor definido", diz trecho do documento.

"Consideramos a apresentação do projeto inoportuna e carregada de interesses particulares que poderão comprometer a qualidade ambiental da região, prejudicar o turismo responsável e duradouro e agravar os críticos problemas de densidade populacional e de desordem urbana proporcionado por semelhantes projetos de cunho meramente imobiliário", complementam as entidades, no documento de outubro.

O documento também virou um abaixo-assinado. Até o início da tarde desta quarta-feira, a petição já contava com 2.200 assinaturas.

Cancún brasileira

O Projeto de Lei Complementar nº 41/2021 que tramita na ALERJ é mais uma investida para transformar a região da Costa Verde numa "Cancún Brasileira", sonho particular da família Bolsonaro.

Em outubro passado, o senador Flávio Bolsonaro (Patriota-RJ) encaminhou proposta semelhante à de Célia Jordão, mas mais abrangente. O Projeto de Lei Complementar nº 157/2021 prevê a municipalização de todas as unidades de conservação federais e estaduais da região e autoriza a criação de uma região administrativa integrada pelos municípios de Angra dos Reis, Paraty e Mangaratiba, para fomentar o polo turístico.

A proposta inclui nove unidades de conservação, entre elas a APA de Tamoios,

a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Aventureiro, o Parque Estadual da Ilha Grande e a Estação Ecológica de Tamoios, que teria 96% de sua área desafetada.

O embate entre a família Bolsonaro e a Estação Ecológica de Tamoios começou em 2012, quando Jair, na época deputado federal, foi multado por pescar dentro dos limites da área protegida, que não permite a atividade. Assim que Bolsonaro assumiu a presidência, o fiscal responsável pela multa foi exonerado e o processo do auto de infração, arquivado.

Em dezembro de 2019, o senador Flávio Bolsonaro apresentou o Projeto de Lei 6.479/2019. Assim como a proposta mais recente, também foca na promoção turística da região da Costa Verde, mas, no meio, traz um artigo para extinguir o decreto que cria a Estação Ecológica de Tamoios. O PL está parado na Comissão de Meio Ambiente do Senado e aguarda realização de audiência pública.

No último dia 25, em entrevista a uma emissora de TV, Bolsonaro disse que tem uma proposta de US$ 1 bilhão de um sheik árabe para transformar a baía de Angra dos Reis em uma atração turística internacional. Desde 2019 Bolsonaro repete essa fala. O nome do sheik árabe segue sendo um mistério.

"Você pega a Baía de Angra, eu conheço muito bem, até já fui multado lá num dia que eu não estava lá, ali eu tenho proposta de um sheik de investir US$ 1 bilhão ali para ser transformado em algo melhor que Cancún" disse, em um contexto de reclamação das leis ambientais brasileiras (a partir de 8 minutos).

Cerca de 40 organizações da sociedade civil da região de Angra do Reis, Paraty e Mangaratiba preparam uma carta aberta em que expressam discordância em relação aos dois projetos de municipalização das UCs da região.

"[…] Reforçamos nossa indignação com o PL 157/2021, em tramitação no Senado Federal, bem como com o PL 41/2021, em tramitação na ALERJ, ambos inconstitucionais, que desconsideram uma análise mais complexa dos problemas sociais e ambientais da região, distorcem suas soluções e ameaçam ampliar a desigualdade e a degradação nos municípios", diz trecho do documento.

Para acompanhar a audiência pública na ALERJ na próxima quinta-feira, as comunidades tradicionais na região já estão mobilizadas: dois ônibus devem seguir para a capital do estado.



Uma das ilhas da Estação Ecológica de Tamoios. Foto: Acervo ICMBio.

AUDIÊNCIA PÚBLICA DISCUTE PROJETO DE LEI QUE QUER MUNICIPALIZAR ÁREAS DE PRESERVAÇÃO EM ANGRA DOS REIS

Estudo mostra que mudança pode abrandar as regras de proteção ambiental em 80% das ilhas de Angras dos Reis.

Por Eduardo Schmalter, de ALERJ

Estudo comandado pelo doutor em Geografia pela UFF e ex-presidente do Instituto Estadual do Ambiente (Inea), Luiz Firmino, apontou que caso a gestão da Área de Proteção Ambiental (APA) de Tamoios, na Costa Verde, passe do estado à prefeitura de Angra dos Reis – conforme propõe Projeto de Lei Complementar (PLC) nº 41/21 -, 80% das ilhas do município podem ter suas regras de proteção ambiental mais abrandadas. A informação foi dada em audiência pública conjunta, nesta quinta-feira (02/12), das Comissões de Constituição e Justiça, de Defesa do Meio Ambiente, de Assuntos Municipais e Desenvolvimento Regional, e de Legislação Constitucional Complementar e Códigos, da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj).Firmino explicou que o estudo foi feito substituindo o plano de manejo da APA Tamoios pelo plano diretor de Angra, o que, segundo o geógrafo,

irá acontecer com a aprovação do PLC nº 41/21. "A última revisão do plano de manejo da unidade de conservação foi feita em 2013, ouvindo a sociedade, os municípios e órgãos de estado. O plano diretor de Angra dos Reis é de 2006. Se vigorar o plano diretor, a Ilha de Cunhambebe Grande sai do status de preservação e passa as poder ter construções. Dos 29 quilômetros que hoje são zona de preservação, 9% podem ser alterados. Além disso, 76% das zonas de conservação podem ter regras modificadas. Das 70 ilhas, 56 podem ter alteração na proteção, o que representa 80%", pontuou.O presidente do Inea, Philipe Campello, defendeu a solução de uma gestão compartilhada: "Em municípios que há gestão compartilhada entre União, estado e municípios tivemos resultados muito exitosos", comentou.O deputado Carlos Minc (PSB) defendeu o fortalecimento do Inea, e apontou que o projeto irá beneficiar a especulação imobiliária. "Uma cogestão para fiscalizar mais é sempre bem-vinda. Quando fizemos a duplicação do Parque Estadual da Ilha Grande, sete resorts já estavam prontos para se instalarem na praia de Lopes Mendes", disse.O prefeito de Angra dos Reis, Fernando Jordão, explicou que fará um projeto junto a universidades para ter desenvolvimento sustentável. "Em 2001, sobrevoamos a Ilha Grande, desmontamos três cozinhas clandestinas na praia de Lopes Mendes; depois retiramos o lixão de Abraão", contou.Autora do PLC, a deputada Célia Jordão (Patriota) ressaltou que se pretende acabar com a sobreposição de atuações: "Não se pretende municipalizar a APA, mas transferir sua gestão. Ninguém está falando em especulação imobiliária e grandes empreendimentos. A gestão municipal está mais próxima para lidar com os problemas. Foi uma situação demandada pelos representantes dos municípios da região. Sou uma municipalista. O órgão gestor da APA de Tamoios mostra ineficiência desde a criação. Os investimentos são aquém para a gestão. Os limites da APA estão integralmente dentro de Angra dos Reis. Queremos evitar sobreposição de atuação. Não queremos acabar com a APA, e sim com os conflitos existentes".O deputado Flávio Serafini (PSol), por sua vez, salientou que a área em questão é um patrimônio mundial pela biodiversidade ecológica e cultural. "Se querem a municipalização, que apresentem uma proposta concreta", declarou.

02 de dezembro de 2021 Angra dos Reis, Mangaratiba e Paraty

NOTA DE PROTESTO DA SOCIEDADE CIVIL AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N°41/2021

Vossas Excelências Parlamentares da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro,

Por meio dessa nota, as entidades da sociedade civil de Angra dos Reis, Mangaratiba e Paraty, abaixo assinadas, expressam de forma veemente a sua discordância ao Projeto de Lei Complementar 41/2021, de autoria da deputada Célia Jordão. Em linhas gerais, a referida proposta pretende passar a administração da Área de Proteção Ambiental de Tamoios do Estado do Rio de Janeiro para o município de Angra dos Reis, ao mesmo tempo em que busca abrir precedentes para municipalização de outras unidades de conservação da região da Costa Verde, como evidencia o Projeto de Lei 157/2021, de autoria do senador Flávio Bolsonaro.

A APA Tamoios foi criada pelo Decreto Estadual n° 9.452, de 5 de dezembro de 1982, com o objetivo de assegurar a proteção do ambiente natural, das paisagens de grande beleza cênica e dos sistemas geo-hidrológicos da região, que abrigam espécies biológicas raras e ameaçadas de extinção, bem como comunidades caiçaras integradas nestes ecossistemas. É gerida pelo Instituto Estadual do Ambiente – INEA, com plano de manejo aprovado pelo Decreto n° 44.175/2013 e Conselho Consultivo em funcionamento. A unidade de conservação abrange uma extensão de 22.530,17 hectares em áreas continentais e insulares do município de Angra dos Reis. Trata-se, portanto, de uma área de consideráveis dimensões, compreendendo complexos contextos ambientais, sociais, econômicos e culturais.

A APA Tamoios inclui a Ilha Grande e zonas industriais como a região de Itaorna, onde estão instaladas as usinas nucleares de Angra 1 e Angra 2. O fato do Governo do Estado legislar sobre esse território, por meio da gestão de uma unidade de conservação regulada por um plano de manejo e junto ao plano diretor da municipalidade, é estratégico e importante, uma vez que equilibra entre as duas instâncias da federação as decisões quanto a políticas, planos e projetos para o espaço.

A Ilha Grande, além de compor a APA Tamoios, é parte do Parque Estadual da Ilha Grande (PEIG), da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Aventureiro e da Reserva Biológica da Praia de Sul. Todas essas unidades são administradas pelo INEA. A APA Tamoios, unidade de uso sustentável, é importante escudo e área de amortecimento para o PEIG, unidade de proteção integral. É no interior da APA que se concentram os núcleos populacionais da Ilha Grande, compostos por comunidades caiçaras, que tem no turismo, na pesca e na maricultura suas principais atividades econômicas. Além de ser registrada pelo INEPAC - Instituto

Estadual do Patrimônio Cultural como patrimônio cultural do Estado do Rio de Janeiro. A Ilha Grande foi reconhecida em 2019, junto a Paraty, como sítio misto do Patrimônio Mundial pela UNESCO, título que confirmou a relação indissociável entre a sustentabilidade ambiental e as populações tradicionais que zelam por esses territórios há séculos. Relação garantida na legislação ambiental que freou o ímpeto imobiliário voraz na região.

Contrário ao argumento do PLC 41/2021 de que a APA Tamoios restringe o desenvolvimento local, afirmamos que a legislação ambiental favorece as dinâmicas econômicas locais, garantindo que as populações residentes exerçam de forma autônoma e sustentável o turismo e as atividades tradicionais. Já nas regiões continentais de Angra dos Reis, onde o zoneamento permitiu a construção de condomínios e casas de veraneio, ocorreu o deslocamento das populações costeiras para áreas de risco nos morros da cidade. Do outro lado, condomínios e casas de veraneio ocupadas em meses de verão são despovoados ao longo do ano e cercados por muros que cerceiam o acesso às praias. É superficial, portanto, o argumento de que a legislação ambiental é um entrave ao desenvolvimento do turismo. Ao contrário, o desenvolvimento baseado em condomínios, casas de veraneio e resorts que imobilizam e pauperizam a economia local.

O texto que justifica o projeto de lei ainda argumenta que há uma "inversão do conceito de unidade de conservação de uso sustentável visto que restringe severamente o uso e ocupação da área da APA e dos municípios". Essa informação não procede. As áreas da APA Tamoios - toda a zona costeira e ilhas do município de Angra dos Reis, é que tornou a região um atrativo ao turismo nacional e internacional da "Costa Verde". E se existem espaços na APA Tamoios com restrição de uso, esta condição se deve às áreas de preservação permanente, como os remanescentes de manguezais e os costões rochosos.

Nesse momento de emergência climática, mais do que nunca é preciso reforçar a proteção da zona costeira e evitar novas intervenções. Ainda assim, o zoneamento da APA Tamoios, conforme pode ser visto no artigo 3° do decreto estadual 44.175/2013 permite múltiplos usos como bem prova a ZIET (Zona de Interesse para Equipamentos Turísticos), ZIRT (Zona de Interesse Residencial Turístico), a ZOC (Zona de Ocupação Controlada) e a ZOCI (Zona de Ocupação Controlada Industrial).

O PL 41/2021 ainda aponta que o município de Angra dos Reis teria mais estrutura para administrar a APA de Tamoios. No entanto, a única Área de Proteção Ambiental Municipal em Angra dos Reis é a APA da Banqueta, que deveria proteger a principal área de captação de água do município, responsável pelo abastecimento da grande Japuíba e centro de Angra dos Reis. A Unidade não tem Plano de Manejo, nem Conselho Gestor e nunca teve equipe técnica ou gestor definido, ou seja, nunca teve gestão organizada. Nem sequer a Unidade de Conservação é citada no site da Prefeitura, que somente faz menção ao recente Parque Natural Municipal da Mata Atlântica, criado em 2017 e sem qualquer instrumento de gestão até hoje. A mesma situação se repete em outros casos como ARIE Cataguás – unidades que foram criadas no papel, mas nunca implementadas.

Diante desse quadro e da absoluta falta de discussão sobre o tema em qualquer fórum, ou mesmo na Câmara dos Vereadores, consideramos a apresentação do PL 41/2021 inoportuna e carregada de interesses particulares que poderão comprometer a qualidade ambiental da região, prejudicar o turismo responsável e sustentável e agravar os críticos problemas de densidade populacional e de desordem urbana, causados por semelhantes projetos de interesse meramente imobiliário.

Reiteramos a nossa posição contrária ao PLC 41/2021. A gestão estadual do território abrangido pela APA de Tamoios na verdade contribuiu e fortalece a administração municipal, ao mesmo tempo em que equilibra a tomada de decisão em projetos e políticas estratégicas para uma região tão sensível e complexa. A geração de emprego e renda e o desenvolvimento sustentável de Angra dos Reis e da região da Costa Verde não depende de flexibilização de legislação ambiental. A região precisa de projetos que estejam de acordo com a sua identidade cultural e com a dinâmica ambiental e econômica próprias.

Sobre o Projeto de Lei Nº 157/2021

Soma-se ao PLC 41/2021 que tramita na ALERJ, o Projeto de Lei 157/2021, de autoria do senador Flávio Bolsonaro que, além de alterar a configuração da Estação Ecológica de Tamoios, propõe a municipalização das Unidades de Conservação dos municípios de Angra dos Reis, Paraty e Mangaratiba. Em relação a essa proposta, as entidades da sociedade civil reiteram a sua discordância com a desregulamentação da política ambiental. A referida proposta, sob o título de "Autorizar o Poder Executivo a criar a Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento sustentável da Costa Verde/RJ e o Programa Especial de Desenvolvimento do Polo Turístico, integrado pelos municípios de Angra dos Reis, Paraty e Mangaratiba" propõe em síntese a destruição do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, estabelecido pela Lei 9.985/2000.

O PL 157/2021 recicla o PL 6479/2019, também de autoria do Senador Flávio Bolsonaro, que propõe a extinção da Estação Ecológica de Tamoios, em nome do "desenvolvimento turístico", ambos alinhados ao discurso de "flexibilização" da legislação ambiental e à política do ex-ministro do Meio Ambiente de "passar a boiada".

Em seu Artigo 5º, o PL 157/2021 estabelece como condição de integração econômica nos três municípios integrantes da "RIDES Costa Verde" a municipalização das unidades de conservação de uso sustentável, que estão sob gestão estadual ou federal. Estabelece também a possibilidade de municipalização das unidades de proteção integral, a partir do interesse dos municípios, além da revisão do zoneamento estabelecido no plano de manejo de todas as unidades que forem municipalizadas.

Em seu Artigo 8º, propõe a retirada de 5

ilhas estratégicas da Estação Ecológica de Tamoios: ilhas Catimbau, Palmas, Ganchos e Comprida em Paraty e em especial a Ilha do Sandri, em Angra dos Reis. Esta é a maior ilha da UC, com histórico de interesses imobiliários internacionais ligados a cassinos. A Iha do Sandri concentra desde o início a principal área de interesse dessa iniciativa, que visa basicamente entregar áreas públicas à iniciativa privada.

O PL 157/2021 acaba ainda com a proteção aos ambientes marinhos da baía da Ilha Grande, praticamente suprimindo toda a área marinha da Estação Ecológica – única Unidade de Conservação de Proteção Integral da Baía da Ilha Grande. Ressaltamos que, de acordo com o parágrafo 7º do Artigo 22 da Lei 9.985/2000, a desafetação ou redução dos limites de unidades de conservação somente podem ser feitas por lei específica. E lembramos que o atual presidente da República foi multado em 2012 por pescar em local proibido dentro da ESEC Tamoios, e desde então empreende uma cruzada contra esta unidade de conservação.

A argumentação do projeto de lei é um misturado de afirmações sem fundamento. Atribui os baixos IDH de Paraty, Angra dos Reis e Mangaratiba à legislação ambiental e evidencia uma incompreensão do verdadeiro potencial turístico da região.

A região é o primeiro sítio misto do Brasil inscrito na lista de Patrimônio da Humanidade da UNESCO, que reconhece seu patrimônio natural e cultural, e o único em que permanece uma cultura viva. Ou seja, um título com grande potencial para ampliar e qualificar o turismo na região. Os principais critérios de excepcionalidade deste sítio se deram por conta da rica biodiversidade (fauna e flora) e o valor da cultura das populações tradicionais – caiçaras, quilombolas e indígenas – sequer mencionadas no PL de Flávio Bolsonaro.

Ao propor vencer "os entraves da legislação ambiental", o PL 157/2021 incentiva um modelo de turismo que ameaça a região com a especulação imobiliária e a construção de grandes resorts, sendo que a maior parte desses empreendimentos hoteleiros vêm passando por reiteradas crises ao longo dos anos, como é o caso do complexo hoteleiro no bairro do Pontal e na praia do Tanguá, em Angra dos Reis, que já foram administrados por diferentes bandeiras internacionais, sem estabilidade financeira e administrativa. É superficial, portanto, o argumento de que a legislação ambiental é um entrave ao desenvolvimento do turismo. Ao contrário, foi justamente a mata preservada e uma baía de águas limpas que conferiram a região notoriedade internacional e um potencial turístico como poucos no mundo.

Por outro lado, é fundamental reconhecer o papel das populações tradicionais na preservação do ambiente natural e na geração de uma economia local sustentável. O título de Patrimônio Mundial, repetimos, reconheceu essa relação indissociável entre a sustentabilidade ambiental e a valorização das populações que zelaram por esses territórios. E as unidades de conservação estaduais e federais têm contribuído efetivamente para manter as populações em seus territórios e limitar o ímpeto imobiliário de grandes empreendimentos.

Apesar de argumentação superficial e equivocada, o PL 157/2021 costurou o apoio dos prefeitos da região para se sustentar. Propõe a municipalização das Unidades de Conservação como panacéia para um "desenvolvimento regional". E aposta num caminho fracassado. Os grandes resorts construídos na década de 70 faliram. Viraram condomínios e marinas. Os que sobrevivem, concentram a renda em poucas mãos, enquanto exploram a população local com baixos salários, condições precárias e contratos temporários.

Além disso, apostar na municipalização como fator de eficiência para gestão é um argumento de má-fé que não encontra evidência na realidade local. São fartos os exemplos de crimes ambientais junto a rios, mangues e costeiras sob jurisdição municipal, consentidos e até mesmo executados pelas prefeituras. A própria experiência de municipalização do licenciamento ambiental é a evidência do despreparo das prefeituras para desenvolvimento sustentável e preservação da Mata

Atlântica, com inúmeras provas da falta de responsabilidade técnica, social e ambiental dos poderes executivos locais. Definitivamente, esse não é o caminho.

Com base nas informações e argumentos apresentados neste documento, reforçamos nossa indignação com o PL 41/2021, em tramitação na ALERJ, bem como com o PL 157/2021, em tramitação no Senado Federal, ambos inconstitucionais, que desconsideram uma análise mais complexa dos problemas sociais e ambientais da região, distorcem suas soluções e ameaçam ampliar a desigualdade e a degradação nos municípios. Reiteramos a defesa pelo fortalecimento da gestão das Unidades de Conservação pelos órgãos ambientais federal e estadual, respectivamente ICMBio e INEA e ainda a suspensão, com urgência, dos licenciamentos ambientais simplificados, que estão sob a (ir) responsabilidade dos municípios.

Respeitosamente

1. Coordenação Nacional dos Povos Tradicionais Caiçaras - CNPTC
2. Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas - CONAQ
3. Coordenação Estadual da Comissão Indígena Guarani
4. Associação de Comunidades Remanescentes de Quilombo do Estado do Rio de Janeiro - ACQUILERJ
5. Fórum de Comunidades Tradicionais Indígenas, Quilombolas e Caiçaras de Angra, Paraty e Ubatuba - FCT
6. Associação de Moradores do Quilombo do Campinho - AMOQC, Paraty
7. Instituto de Permacultura Caiçara - IPECA, Pouso da Cajaíba, Paraty
8. Associação de Moradores de Trindade - AMOT, Paraty
9. Organização Comunitária em defesa do Território Tradicional e da Cultura Caiçara, Trindade Vive, Paraty
10. Associação dos Remanescentes de Quilombo de Santa Rita do Bracuí – ARQUISABRA, Angra dos Reis
11. Associação de Moradores e Amigos

do Aventureiro – AMAV, Ilha Grande, Angra dos Reis

12. Associação de Moradores, Pescadores e Barqueiros da Praia do Bananal - AMPB, Ilha Grande, Angra dos Reis
13. Associação de Moradores Tradicionais e Amigos da Parnaioca - AMOTAP, Ilha Grande, Angra dos Reis
14. Associação de Moradores da Praia Vermelha - AMPRAVER, Ilha Grande, Angra dos Reis
15. Associação de Moradores da Enseada das Estrelas - AMEE, Ilha Grande, Angra dos Reis
16. Associação de Moradores do Matariz - AMOMATARIZ, Ilha Grande, Angra dos Reis
17. Associação de Moradores da Enseada de Palmas - AMEP, Ilha Grande, Angra dos Reis
18. Associação dos Taxis Náuticos do Abraão - ATNA, Ilha Grande, Angra dos Reis
19. Associação das casas de temporada da Ilha Grande - ACATIG, Angra dos Reis
20. Associação de Meios de Hospedagem da Ilha Grande - AMHIG, Angra dos Reis
21. Instituto de Educação de Angra dos Reis, Universidade Federal Fluminense - IEAR/UFF
22. Projeto de Extensão Universitário da Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - Raízes e Frutos, UFRJ
23. Centro Acadêmico Manoel Morais do curso de Políticas Públicas - IEAR/UFF
24. Instituto Socioambiental da Baía da Ilha Grande - ISABI, Angra dos Reis
25. Coletivo de Educação Solidária da Ilha Grande, Angra dos Reis
26. Movimento Baía Viva, Angra dos Reis
27. Movimento Kizomba, Rio de Janeiro.
28. Sociedade Angrense de Proteção Ecológica - SAPE, Angra dos Reis.
29. Organização para Sustentabilidade da Ilha Grande - OSIG, Angra dos Reis.
30. Organização Não-Governamental Verde Cidadania.
31. Coletiva Mulheres da Terra, Paraty.
32. Coletiva Articula Preta, Paraty.
33. Coletiva Feminista Maria Angélica Ribeiro - M.A.R, Paraty.
34. Sindicato dos Servidores Públicos Municipais - SIMPAR, Paraty.
35. Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação - SEPE, Núcleo Paraty e Angra dos Reis
36. Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação - SEPE, Núcleo Mangaratiba
37. Diretório Municipal do Psol - Paraty
38. Diretório Municipal do Psol - Angra dos Reis
39. Diretório Municipal do PT - Paraty
40. Diretório Municipal do PT - Angra dos Reis
41. Diretório Municipal do PSB - Angra dos Reis
42. Diretório Municipal do PcdoB - Angra dos Reis

COMISSÃO DA ALERJ VISTORIA ILHA GRANDE

Objetivo é fortalecer a gestão ambiental do Inea

Por O Eco Jornal
Fotos ALERJ

Em vistoria na Ilha Grande realizada nos dias 3, 4, 6 e 7 de dezembro deste ano, a Comissão de Defesa do Meio Ambiente com o apoio da Capitania dos Portos, Instituto Estadual do Ambiente e Comando da Polícia Ambiental visitou as praias de Catelhanos, Mangue, Pouso e Palmas, Sítio Forte, Dois Rios, Japariz, Abraão , Bananal, Proveta, Praia Grande de Aracatiba e Longa e onde foram identificadas várias construções irregulares, despejo de esgoto in natura no mar, supressão de vegetação nativa e acúmulo de lixo.

Ao final da operação, a Comissão formulará relatório das práticas danosas ao meio ambiente e será entregue aos órgãos públicos com responsabilidade na região e Ministério Público estadual e Ministério Público federal.

Em iniciativa objetivando estimular a participação da população na defesa da Ilha Grande, dia 4, a Comissão realizou reunião pública com a participação de vários órgãos públicos e os moradores da região para discutir e definir estratégias comuns para fazer valer a legislação ambiental e fortalecer a gestão das unidades de conservação estaduais na Baía da Ilha Grande.

Para o coordenador da Comissão, Gerhard Sardo, “as unidades de conservação na Ilha Grande estão sob ameaça, sobretudo pela omissão da Prefeitura de Angra dos Reis no ordenamento territorial e urbano das áreas continguas à ecossistemas significativos e proposta legislativa que busca desautorizar a atuação do Inea na região.”



Equipe técnica integrada de fiscaliação


PODER
LEGISLATIVO
FISCALIZAÇÃO


CAPITANIA DOS PORTOS
MARINHA DO BRASIL
TAINHA












PODER
LEGISLATIVO
FISCALIZAÇÃO
COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE






CPAm
53-0020
YAMAH
POLICIA



ESTADO PREPARA CONCESSÃO DO PETAR, PARQUE ÍCONE DAS CAVERNAS DE SP

Gestão da visitação pública na unidade passará para a iniciativa privada. Comunidades locais resistem à mudança

Por Herton Escobar
Arte: Lívia Magalhães, de Jornal da USP

O governo paulista planeja repassar à iniciativa privada nos próximos meses a responsabilidade sobre a visitação pública no Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (Petar), uma das mais antigas e bem preservadas unidades de conservação do Estado de São Paulo. A minuta do edital de concessão foi divulgada em 20 de outubro no site da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (Sima), e uma audiência pública virtual foi convocada para esta quinta-feira (25 de novembro), coordenada pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente (Consema). A proposta enfrenta resistência das comunidades locais, que possuem fortes vínculos culturais, sociais e econômicos com o parque, e veem a concessão como uma ameaça ao turismo de base comunitária que vem sendo construído há décadas na região.

Acampado no alto da Serra de Paranapiacaba, com vista para o Vale do Ribeira, o Petar é mundialmente conhecido pela suas riquezas biológicas e espeleológicas, permeado por centenas de belas cavernas e coberto por um manto verde de quase 36 mil hectares de mata atlântica preservada, no sudeste do Estado. Criado em 1958, o parque recebe cerca de 40 mil visitantes por ano, e praticamente todo esse turismo é organizado por agências e monitores ambientais locais, que conduzem os visitantes dentro da unidade com autorização da Fundação Florestal (FF) — entidade vinculada à Sima e responsável pelas unidades de conservação no Estado de São Paulo. Os passeios em trilhas e cavernas são obrigatoriamente conduzidos por esses monitores autônomos credenciados, todos eles nativos da região, conhecedores da cultura local e tecnicamente capacitados para o trabalho. Há cerca de 300 monitores atualmente.

"O Petar é um sucesso graças ao trabalho desses monitores locais", destaca o geólogo Paulo Boggiani, professor do Instituto de Geociências (IGc) da USP e representante da Sociedade Brasileira de Espeleologia (SBE) no Conselho Consultivo do parque. "É uma atividade terceirizada que funciona muito bem e beneficia toda a comunidade", completa Boggiani, que frequenta o Petar como pesquisador e educador há mais de 40 anos.



Caverna Morro Preto, uma das mais visitadas do Petar - Foto: Daniel Menin

No modelo de concessão proposto pelo governo, a Fundação Florestal continuará responsável pela proteção e conservação do parque, mas os serviços de visitação pública (incluindo bilheteria, alimentação, banheiros, segurança, manutenção de vias e prédios de apoio, estacionamento, etc.) passarão a ser geridos por uma empresa privada, sob um contrato de 30 anos, semelhante ao que já foi feito em três outros parques estaduais (Alberto Löfgren, Cantareira e Campos do Jordão) e no circuito de trilhas Caminhos do Mar, no Parque Estadual da Serra do Mar. Trata-se de um processo iniciado em junho de 2016, com base na Lei 16.260, que autorizou o Estado a abrir concessões para 25 áreas protegidas, incluindo parques e florestas estaduais.

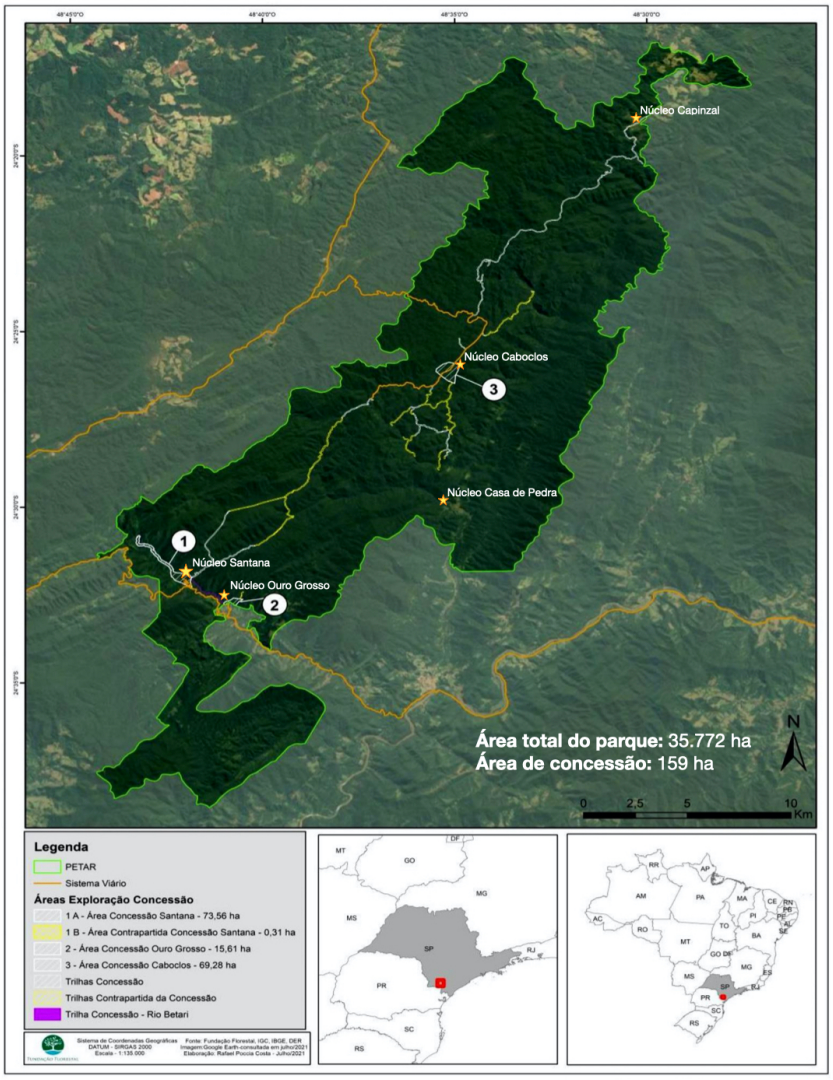
Do ponto de vista territorial, a área total de concessão (159 hectares) corresponde a apenas 0,44% da área total do Petar (35.772 hectares), abrangendo as áreas de uso público de três dos cinco núcleos de visitação do parque: Caboclos, Santana e Ouro Grosso. As cavernas, por serem patrimônio da União, não entram na concessão (apenas o serviço de visitação a elas, onde isso for permitido), nem as áreas de floresta, que permanecem sob responsabilidade da FF.

Preocupações

A concessão não impedirá os monitores autônomos de continuar operando dentro do parque — há, inclusive, salvaguardas no projeto para garantir que isso permaneça como está (mais informações abaixo). Muitos temem, porém, que o processo gere uma concorrência desleal por parte da empresa concessionária, com potencial para demolir

Petar: áreas de concessão

Menos de 0,5% da área total do parque será concedida à iniciativa privada para gestão da visitação pública. Cavernas e florestas não entram na concessão



Fonte: SIMA SP / Jornal da USP



Travessia do Rio Betari, que corta o Petar - Foto: Herton Escobar

toda a cadeia de empreendedorismo local que foi construída nas últimas décadas. "Já existe uma estrutura econômica de turismo bem montada e consagrada no Petar, que funciona muito bem, gerando renda e oportunidades para as comunidades locais", diz o empresário Julio Franco, nativo da região, dono de uma pousada e ex-presidente do Conselho Municipal de Turismo (Comtur) de Iporanga, um dos dois municípios que abrigam o parque. "Mas a impressão é que querem fazer a concessão como se nada disso existisse."

"Somos nós que fazemos esse parque funcionar. O que o governo deveria fazer, em vez de passar esse cuidado para a iniciativa privada, é dar atenção para quem já está fazendo esse trabalho", diz Jurandir Aguiar dos Santos, de 58 anos, guia mais antigo do Petar e coordenador de uma das principais agências de ecoturismo da região. São os monitores autônomos que há anos fazem a manutenção de estradas, trilhas e pontes da unidade, de forma 100% voluntária, já que o parque não possui orçamento nem equipe suficientes para isso. "Em time que está vencendo a gente não mexe, a gente aprimora, dá mais atenção, mais estrutura, mas não ignora ele", completa Santos — ou Jura, como é conhecido por todos na região. Ele diz ser até favorável à ideia de uma concessão, mas não da forma como está sendo feita, "de cima para baixo", sem a participação efetiva das comunidades locais — muitas delas tradicionais, de raízes quilombolas, caboclas e caiçaras.

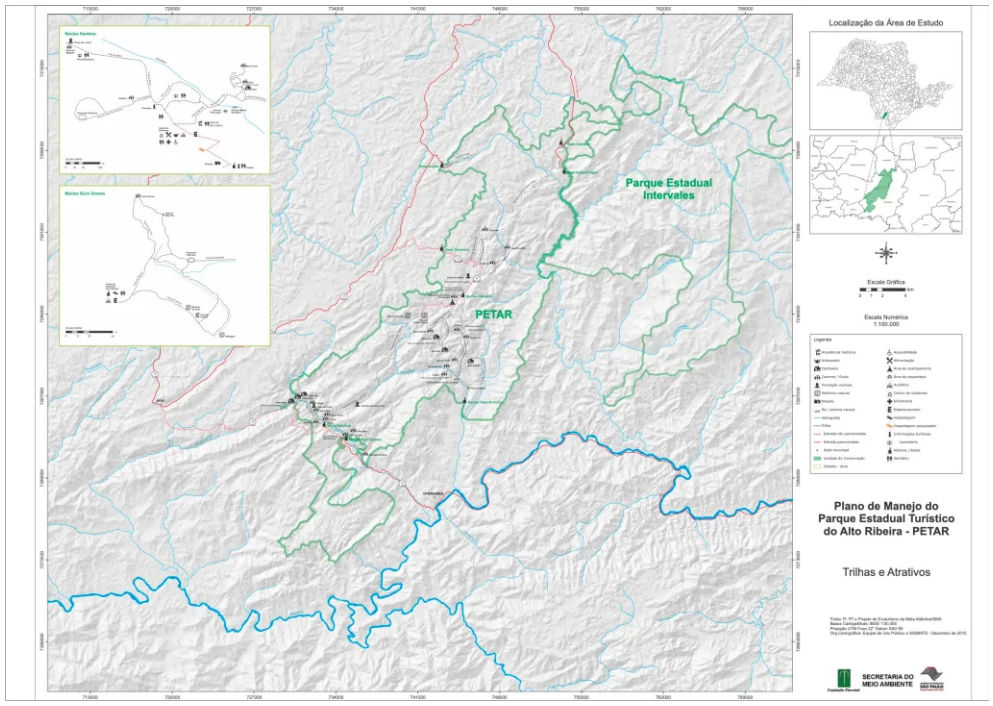
"Sabemos a importância de ter uma prestação de serviços de qualidade no parque; é algo fundamental", diz outra importante liderança local: Vandir de Andrade Júnior, de 40 anos, empresário nativo de Iporanga e coordenador de turismo do Consórcio de Desenvolvimento Intermunicipal do Vale do Ribeira e Litoral Sul (Codivar). Melhor e mais justo do que entregar essa tarefa a uma única empresa de fora, segundo ele, porém, seria terceirizar esses serviços para pequenos empreendedores locais, comprometidos com o desenvolvimento socioeconômico e a preservação da cultura regionais. Associado a isso, ele teme que um aumento exagerado no fluxo de turistas leve a uma degeneração da autenticidade histórica e cultural das comunidades de entorno, que é, justamente, um dos principais atrativos do Petar.

"Sou totalmente a favor da melhoria na oferta de serviços, mas não vejo que a concessão seja o melhor modelo para o Petar. Precisamos modernizar o parque com qualidade, não com quantidade", avalia Andrade Júnior — ou "Junior Petar", como é mais conhecido. "Queremos qualidade de turismo, não turismo de massa", reforça o diretor de meio ambiente da Prefeitura de Iporanga, Nelson Calil.

O projeto de concessão prevê um aumento expressivo da visitação ao parque: dos atuais 40 mil para 114 mil visitantes/ano ao final dos primeiros 30 anos de operação. A empresa que vencer a concorrência terá que realizar uma série de investimentos mínimos obrigatórios para melhorar a infraestrutura e os serviços de visitação do parque — por exemplo, em bilheteria, lanchonetes, banheiros, telecomunicações, segurança, campings e trilhas. Os investimentos previstos chegam a R$ 5,9 milhões nos primeiros quatro anos e R$ 10,6 milhões, em 30 anos. O custo operacional total do

parque para todo esse período é estimado em R$ 81 milhões, e a renda prevista para a concessionária é de R$ 139 milhões.

A empresa poderá criar novas atrações turísticas dentro do parque, como rapel ou escalada, mas sempre observando as regras e limitações impostas pelo plano de manejo — documento técnico que descreve tudo que pode ou não ser feito dentro de uma unidade de conservação, onde e como. (O plano de manejo do Petar foi aprovado em maio de 2018, às vésperas do aniversário de 60 anos do parque, após um longo processo de elaboração e discussão.) O Petar tem mais



Mapa de atrativos turísticos do Petar

de 300 cavernas oficialmente registradas no Cadastro Nacional de Informações Espeleológicas (Canie), mantido pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), mas apenas 19 delas são autorizadas a receber visitação pública, e apenas 12 possuem visitação regular, por questões de segurança, acesso e atrasos na implementação dos planos de manejo espeleológicos (que são específicos para cada gruta). As visitas são feitas com agendamento e o número de pessoas que pode entrar em cada caverna é limitado — na caverna Santana, por exemplo, só podem entrar 152 pessoas por dia.

O valor da entrada no parque, que hoje é de R$ 16, deverá aumentar para R$ 45 no núcleo Santana, R$ 37,50 no núcleo Ouro Grosso e R$ 50, no núcleo Caboclos, a partir do quarto ano de concessão.

Justificativas

As concessões de parques e outras unidades de conservação fazem parte de um grande programa de desestatização do governo estadual. Segundo Roberta Buendia Sabbagh, assessora técnica da Sima, a promoção do desenvolvimento regional é uma prioridade do processo, e a empresa concessionária terá a função de organizar e apoiar a prestação de serviços de ecoturismo no parque, não de competir com os empreendedores locais. A concessionária não terá monitores próprios e funcionará como uma interlocutora do parque com os monitores autônomos locais, que continuarão a ser credenciados e capacitados pela Fundação Florestal para conduzir os visitantes dentro da unidade. "A sistemática da monitoria continua igual", frisou Sabbagh. "É uma parceria para a prestação de serviços de turismo."

O objetivo é melhorar a gestão do parque como um todo, inclusive nas áreas de pesquisa e conservação, que extrapolam a visitação pública, diz Gerd Sparovek, professor da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq) da USP, em Piracicaba, e presidente da FF. "As atividades que envolvem uso público e turismo dentro das unidades, ou a exploração de algum dos seus recursos, sempre ocorrem numa área muito pequena, mas consomem muito tempo e recursos para a sua gestão, concorrendo com o que precisa ser feito no restante da unidade, incluindo sua proteção, apoio às pesquisas e projetos visando à sua conservação", avalia ele. "Uso público demanda muita atenção, pessoal e uma agilidade que a gestão pública não tem para resolver problemas e atender os visitantes. Transferindo estas atividades para o setor privado com a gestão pública acompanhando e monitorando sua execução, há ganhos tanto para o visitante da unidade, que terá serviços mais ágeis e melhores, como para a proteção e conservação dos atributos naturais das unidades."

Não há prazo estabelecido para o lançamento do edital de concessão. A audiência desta quinta-feira, segundo Sabbagh, dará início à fase de consulta pública, na qual serão colhidos subsídios para a elaboração da proposta avançada de concessão, que só então será encaminhada ao conselho do programa de desestatização do Estado para aprovação final. A expectativa é concluir essas consultas até o fim do ano. "É importante que todos os atores



Caverna Areia de Baixo, no Petar - Foto: Daniel Menin

possam se manifestar nesse processo", afirma Sabbagh. Interessados podem se inscrever para participar da audiência ou enviar contribuições por escrito à secretaria até as 18 horas desta sexta-feira, dia 26. "Estamos exatamente nesse momento de oitiva. Todas as sugestões que vierem, nós vamos avaliar", completa Sabbagh. Antes mesmo da publicação dos documentos no site da secretaria, segundo ela, o conselho do parque foi informado do processo e foram realizadas conversas da FF com comunidades locais e com as prefeituras dos dois municípios que abrigam o Petar: Iporanga e Apiaí.

Lideranças comunitárias ouvidas pela reportagem, porém, negaram terem sido procuradas ou mesmo informadas de maneira transparente sobre o processo. "A comunidade não foi consultada; ou, se fizeram consultas, foram com algumas pessoas apenas", afirma Jura. "Não pode meia dúzia de pessoas definir o destino de milhares." Simplesmente disponibilizar os documentos para consulta na internet não é suficiente, segundo ele, pois trata-se de um processo complexo do ponto de vista técnico, legal e processual. A minuta do edital tem 18 documentos ao todo.

O diretor de meio ambiente de Iporanga, Nelson Calil, disse que o município por duas vezes solicitou oficialmente à Sima uma cópia do estudo de viabilidade econômica que embasa a proposta de concessão, elaborado por uma empresa, mas nunca recebeu o documento. Segundo ele, a FF realizou apenas apresentações genéricas da concessão, não uma consulta pública propriamente dita, que permitisse às comunidades locais participar da construção da proposta. A Câmara Municipal de Iporanga apresentou uma "moção de repúdio" à Sima e à FF, em 11 de novembro, criticando a maneira "unilateral" como o processo foi conduzido até aqui. Membros do conselho do parque também disseram não ter sido informados sobre o processo de concessão até a publicação da minuta.

Uma audiência sobre o tema foi realizada nesta segunda-feira, 22 de novembro, na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, convocada pelo deputado Carlos Giannazi.



Protesto na ALESP em 22 de novembro - Foto: Coletivo PETAR sem Concessão

A diretoria da Sociedade Brasileira de Espeleologia pediu à Sima a suspensão do processo, em 16 de novembro, considerando que o tempo concedido é "insuficiente para entendimento do processo, leitura dos textos disponibilizados e reflexão sobre futuras consequências para uma concessão por tão longo período de tempo".

Esse modelo de concessão, em que os serviços de visitação pública em unidades de conservação são repassados à iniciativa privada, é comum em outros países, como os Estados Unidos, e vem ganhando força no Brasil nos últimos anos. No âmbito federal, nove parques nacionais já operam nesse formato (incluindo Foz do Iguaçu, Chapada dos Veadeiros e Fernando de Noronha) e outros 16 estão em processo de concessão.

"As unidades de conservação e seus benefícios são um direito da sociedade e uma obrigação do Estado", diz o geólogo Cláudio Maretti, ex-presidente do ICMBio, especialista em áreas protegidas e pós-doutorando no Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP. Para que a população possa usufruir livremente desse direito é preciso que o Estado ofereça condições minimamente adequadas de visitação — o que não corresponde à realidade de muitas unidades.

"As concessões podem ajudar nesse sentido, mas elas trazem interesses que precisam ser controlados", observa Maretti. A experiência nos parques nacionais tem sido positiva até agora, segundo ele. É preciso ser realista: "Não dá para esperar para sempre pelo Estado ideal, com as condições financeiras e os recursos humanos necessários". Mas é fundamental, completa ele, que a concessão seja construída em parceria com a sociedade, respeitando as características culturais de cada localidade, e que ela sirva para promover o desenvolvimento regional sustentável, e não apenas para aumentar os números de visitação. "A concessão não é para gerar receita, é para garantir que as unidades de conservação cumpram o seu papel social e ambiental", conclui Maretti.

A lei que regulamenta as concessões no Estado de São Paulo (Lei 16.260, de 29 de junho de 2016) teve um de seus dispositivos revogados em outubro do ano passado: o inciso IV do Artigo 2º, que assegurava que os recursos obtidos com as concessões seriam "integralmente aplicados na gestão e conservação das unidades integrantes do Sieflor", que é o Sistema Estadual de Florestas. Uma mudança que também preocupa os críticos do projeto. Procurada pela reportagem, a Sima informou que a Fundação Florestal "tem sido indicada como beneficiária da outorga variável das concessões promovidas pela secretaria", e que, "apesar da revogação citada, a Lei 16.260 já não previa o retorno específico dos recursos à unidade objeto da concessão".

ESTA PARTE É EDITADA ELETRONICAMENTE DESDE 3 DE MARÇO DE 2008

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PARTE I
PODER EXECUTIVO

www.ioerj.com.br

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

LEI Nº 9466 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2021

CRIA A POLÍTICA ESTADUAL DE INCENTIVO À ECONOMIA DO MAR COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, NA FOR- MA QUE MENCIONA.

O Governador do Estado do Rio de Janeiro

Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituída a política estadual de incentivo à Economia do Mar com a finalidade de fixar diretrizes para as atividades econômicas que nela se inserem, de modo a consolidá-la como estratégia de desenvolvimento socioeconômico do Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º - Para os fins desta Lei, entende-se por Economia do Mar o conjunto de atividades econômicas direta ou indiretamente relaciona- das à utilização, à exploração ou ao aproveitamento dos recursos vi- vos, minerais e energéticos dos mares, oceanos e águas interiores, que geram trabalho, emprego e renda, de forma sustentável, e incor- poram projetos e investimentos à estrutura produtiva fluminense, com o fito de contribuir, em caráter duradouro, para o aumento da arrecadação e para a promoção da inclusão social.

Art. 3º - As principais atividades econômicas relacionadas à Economia do Mar, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, são:

I - captura e processamento de pescado e frutos do mar;

II - atividades de aquicultura;

III - atividades de apoio à extração de óleo e gás offshore;

IV - construção, reparação, descomissionamento e desmantelamento de embarcações e plataformas;

V - turismo costeiro e marítimo;

VI - desenvolvimento e manutenção de equipamentos de navegação e busca;

VII - exploração e extração de óleo e gás natural offshore;

VIII - exploração e extração mineral oceânica e offshore;

IX - atividades de escoamento, transporte, distribuição e processa- mento de gás natural offshore;

X - extração e refino de sal marinho e sal-gema;

XI - pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) no ambiente ma- rinho;

XII - energias renováveis oceânicas e offshore;

XIII - refinarias e petroquímicas;

XIV - biotecnologia marinha;

XV - infraestrutura tecnológica para as atividades portuárias e de na- vegação;

XVI - indústria militar naval;

XVII - comercialização de pescado e frutos do mar;

XVIII - atividade portuária;

XIX - serviços de negócios marinhos;

XX - transporte marítimo de alto mar;

XXI - defesa, segurança e vigilância do mar;

XXII - transporte marítimo de cabotagem; XXIII - aluguel de transporte marítimo;

XXIV - dragagem;

XXV - implantação ou reforço de estrutura logística, física e de re- cursos humanos em unidades de conservação marinhas;

XXVI - difusão e popularização das Ciências do Mar;

XXVII - aperfeiçoamento dos sistemas de saneamento relacionados aos ambientes

marinhos;

XXVIII - mergulho recreativo, científico e profissional;

XXIX - outras atividades que se enquadrem nas diretrizes da política fixada por esta Lei.
§ 1º - O Poder Executivo envidará esforços para ampliar a oferta de educação profissional com vistas à formação, em nível técnico e tec- nológico, de pessoal qualificado para as diferentes atividades relacio- nadas à Economia do Mar, notadamente no âmbito da Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC).

§ 2º - A Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) envidará esforços para manter linhas regulares de fomento à pesquisa, ao desenvolvimento tecnoló- gico e à inovação em áreas relacionadas à Economia do Mar.

Art. 4º - A presente política estadual será implementada em conso- nância com a Política Nacional para os Recursos do Mar (PNRM), com o Plano Setorial para os Recursos do Mar (PSRM) e com o Zo- neamento Ecológico-econômico Costeiro (ZEEC), observadas as espe- cificidades do Estado do Rio de Janeiro, a fim de orientar o desen- volvimento das atividades que viabilizam a efetiva utilização, explora- ção e aproveitamento dos recursos vivos, minerais e energéticos dos mares, oceanos e águas interiores, da Zona Econômica Exclusiva, da Plataforma Continental e áreas adjacentes ao processo produtivo a que se refere a presente Lei.

Art. 5º - O Poder Executivo deverá promover e fortalecer um arranjo produtivo e tecnológico, em território fluminense, que articule e apoie as atividades econômicas relacionadas à Economia do Mar, de modo a contribuir, de forma estruturante e duradoura, para o desenvolvimen- to socioeconômico do Estado do Rio de Janeiro.

§ 1º - O arranjo produtivo e tecnológico de que trata o caput abran- gerá empresas, universidades, institutos de pesquisa e órgãos públi- cos relacionados à área do desenvolvimento econômico e, especial- mente, ao desenvolvimento da Economia do Mar.

§ 2º - O disposto no caput será desenvolvido em consonância com os regramentos fixados pelo Regime de Recuperação Fiscal (RRF) de que trata a Lei Complementar Federal nº 159, de 19 de maio de 2017, modificada pela Lei Complementar Federal nº 178, de 13 de janeiro de 2021, e pela Lei Complementar Federal nº 181, de 06 de maio de 2021, observada também a legislação estadual referente à adesão do Estado do Rio de Janeiro ao RRF.

§ 3º - Poderão se beneficiar da política estadual instituída por esta Lei os projetos e investimentos em atividades econômicas relacionadas à Economia do Mar.

Art. 6º - O Poder Legislativo e o Poder Executivo elaborarão, em conjunto, uma matriz insumo-produto como instrumento para a efetivação de um plano estratégico de desenvolvimento econômico e social, com o objetivo de verificar os encadeamentos produtivos e de dimensionar os vetores de geração de emprego, renda, produção e de crescimento do produto interno bruto (PIB).

§ 1º - O Plano estratégico de desenvolvimento econômico e social de que trata o caput terá como foco a reversão do quadro de estagnação econômica descrito no "Diagnóstico da Situação Fiscal do Estado do Rio de Janeiro", publicado pela Secretaria de Estado de Fazenda, em julho de 2021, no contexto da adesão do Estado do Rio de Janeiro ao RRF, com previsão de vigência até o ano de 2030.

§ 2º - A elaboração da matriz insumo-produto de que trata o caput contará com a participação das instituições que integram a comuni- dade científica do Rio de Janeiro e com os setores de pesquisa e desenvolvimento de empresas em atuação no território fluminense.

§ 3º - O Poder Executivo envidará esforços para aprovar, no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), convênio destinado à promoção de incentivos tributários à Economia do Mar, cuja concessão dependerá de autorização do Poder Legislativo.

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 25 de novembro de 2021

CLÁUDIO CASTRO
Governador

NÓS APOIAMOS QUEM DEFENDE:

- a democracia e o nacionalismo na organização social do país;
- a família como célula de educação;
- a fé de todos os credos;
- o respeito às diversidades;
- a preservação ao meio ambiente;
- a ética nas discussões e o respeito ao pensamento oposto. "Não concordar é um direito do pensamento".
- Não apoiamos ideologia político-partidária nos estabelecimentos de ensino em todos os níveis.

Entendemos que estes são princípios básicos para uma organização social sem guerra ideológica e por consequência harmônica, produtiva e feliz.

O Eco Jornal

O PARAÍSO DO PINGUIM-DE-PENACHO-AMARELO EM PUERTO DESEADO

Por Turismo & Gestion

Cerca de onze milhas náuticas ao sudeste de Puerto Deseado, na costa leste da Província de Santa Cruz (Argentina), a Ilha dos Pinguins emerge das águas, como um expoente pré-histórico. É uma plataforma rochosa datada do período Jurássico, habitada pelo impressionante pinguim de ameixa amarela, que milhares de visitantes, entre outubro e abril de cada ano, vêm ver com grande expectativa e curiosidade.

Sob o colorido vôo dos petréis e albatrozes, esta ilha é o centro do Parque Marinho Interjurisdicional da Ilha dos Pinguins, que cobre um arquipélago de 160.000 hectares, cuja biodiversidade é nutrida pelos nutrientes do Mar Argentino.

A apenas 22 quilômetros da cidade, a ilha, que abriga a colônia de pinguins mais próxima do continente, é de origem vulcânica e teria surgido do mar há cerca de 150 milhões de anos, quando a lava esfriou.

Os ciclos reprodutivos do pinguim tufado amarelo e de outras espécies como a pescada do sul, o camarão patagônico e a lula encontram seu lar nestas ilhas. Excursões de meio dia chegam diariamente para ver de perto este paraíso natural, onde você também pode admirar pinguins de Magalhães, leões marinhos machos na costa e elefantes marinhos que chegam para trocar suas peles.



Colorida e rápida, a "saltarrocas", como é conhecido o pinguim de ameixa amarela, é a figura central, com sua pitoresca crista que a torna facilmente distinguível. De Puerto Deseado, as excursões começam em barcos que deixam o estuário para entrar na imensa paisagem marítima que leva à Ilha dos Pinguins. No horizonte próximo, os visitantes se surpreendem com a paisagem deste gigante rochoso que os acolhe com a fauna diversificada que coexiste entre o céu, a pedra e o mar.

Guardião da história e da biodiversidade

Um destino inevitável de ecoturismo para aqueles que optam por férias em Puerto Deseado, a Ilha dos Pinguins foi o guia dos navegadores durante séculos, quando ficou conhecida como "Ilha dos Reis". Os navios que se dirigiam para o Estreito de Magalhães costumavam parar aqui para estocar ovos de pássaros, borbulhas e peles de leões marinhos. Mais tarde os assentamentos ingleses o chamaram de "Penguin", em clara alusão à fauna característica do lugar.

No setor mais alto há um antigo farol, de 22 metros de altura, que foi construído em 1903 e consiste em uma parte de alvenaria de 11,50 metros de altura e uma torre de ferro de 10,35 metros de altura. Desde 1983, o farol tem sido alimentado por energia solar fotovoltaica utilizando painéis solares. Anteriormente, ela tinha uma lâmpada alimentada por querosene e, posteriormente, por gás acetileno. Também na ilha estão os restos de uma antiga fábrica que processava a gordura de leão marinho, que sobrevive como um cartão postal marcante e um elemento distintivo da história.

Foi em 1985 quando o navegador, expedicionário e educador Marcos Oliva Day, conhecido por suas excursões de caiaque na Patagônia, descobriu na Ilha Penguin a colônia mais setentrional de plumas amarelas do mundo; que algum tempo depois, foi confirmado que havia se destacado de outra que existia anteriormente nas Ilhas Malvinas. A criação do "Parque Interjurisdiccional Marino Isla Pingüino", entretanto, foi aprovada pela Lei 26818 em 2012 através de um tratado entre o Estado Nacional e a Província de Santa Cruz.

Os objetivos deste Parque incluem "manter amostras representativas do ecossistema marinho"; "proteger a paisagem, o patrimônio natural e cultural"; "incentivar e facilitar a pesquisa e o monitoramento ambiental"; "promover atividades sustentáveis"; "conscientizar sobre a importância da conservação"; e "garantir o uso público do Parque".

O pitoresco "Saltarrocas"

Um bom mergulhador de cabelos dourados, então seu nome em grego (Eudyptes chrysocome), o pingüim de penas amarelas, o menor dos pingüins de crista, pode medir 50 centímetros de altura e pesar cerca de dois quilos.

É uma espécie que geralmente permanece no mar por vários dias de cada vez e mergulha a uma profundidade de 100 metros enquanto caça.

Suas colônias são multitudinárias na época de reprodução, portanto, para os visitantes que vêm à Ilha Penguin para conhecê-los, a experiência é esmagadora. Embora possam ser agressivos uns com os outros, quando disputam ninhos, direitos de acasalamento e alimentação, os turistas conseguem estabelecer contato



próximo com eles, o que os convida a registrar a experiência com extraordinários cartões postais desta espécie visualmente atraente.

Em sua transumação terrestre, adaptando-se ao terreno rochoso, os pingüins de amendoim têm um salto característico para se moverem de uma rocha para outra, pelo qual são apelidados de "rockhoppers". Esta prática os diferencia de outras espécies, que tendem a deslizar sobre o solo rochoso.

Nos relatos dos guias, certas características da vida social dos pingüins de ameixa amarela despertam frequentemente a curiosidade dos visitantes. Estes incluem que eles tendem a se emparelhar para a vida e retornar aos mesmos ninhos que deixaram nos anos anteriores; que os adultos se revezam na incubação dos ovos; e que, depois de contar com seus pais para alimentá-los com peixes, os filhotes se juntam aos seus pares em um berçário para aprender coletivamente a nadar e caçar.

Uma paisagem duradoura

Puerto Deseado fica abaixo da Baía de San Jorge, cerca de 750 quilômetros ao norte da capital de Santa Cruz, Rio Gallegos, e quase 300 quilômetros ao sul da cidade portuária de Comodoro Rivadavia. Frio, águas azuis profundas e baías cativantes, penhascos e cabeceiras emolduram este destino turístico na costa da Patagônia.

A partir da cidade, o universo do imenso mar é um mistério que se funde com o céu. Entre outubro e abril, as excursões de dia inteiro à Isla Pingüino começam cedo pela manhã e levam cerca de seis horas para chegar lá, aproveitá-la e voltar.

Do início ao fim, os visitantes se maravilham com uma paisagem desconhecida e harmoniosa, onde o tempo parece estar parado e a presença humana é apenas uma figura efêmera e circunstancial que vagueia pela rocha para admirá-la.

Como totens guardiães, o farol e a antiga fábrica permanecem lá, guardiães de uma vida centenária que sobrevive no sul do país.

Entre as fotografias, imagens associadas às emoções retornam com os turistas, quase pictóricas, de modo que, ao admirá-las uma e outra vez, a memória de uma experiência eterna passa pelo coração.



TRÊS ARROIOS, A PEQUENA E CHARMOSA CIDADE ESCONDIDA NO ALTO URUGUAI-RS

Por Raissa Jardim

O príncipe dos vales do Alto Uruguai, como é conhecido o pequeno município, escondido em um vale na região, Tres Arroios possui cerca de 3 mil habitates e muita tradição! Ela recebeu esse nome pois durante o processo de colonização, a empresa Colonizadora encontrou três córregos (arroios): Lageado Perdido, Napoleão e Sede, originando o nome Tres Arroios.



Portal da entrada do município

Apesar de sua colonização ter se iniciado por volta de 1915, somente em 1917 chegaram os primeiros alemães para trabalhar em empresas agrícolas, que acabaram por formar as características da cidade. Alguns desses principais personagens foram: Rudolfo Frühwirt, um agrimensor, também era um grande tocador de violino, o que deu a tradição musical do município, e Hans Meier, engenheiro civil que foi o responsável pelo nome do município. Outro senhor que contribuiu para o desenvolvimento da cidade, foi Frederico Lörracher, carpinteiro, que iniciou uma fábrica de móveis, hoje ainda sendo uma das principais indústrias de Três Arroios, sob a denominação Zahner Indústria de Móveis.



A tradição alemã está em tudo

A cidadezinha também conta com uma forte história religiosa, onde as Congregações tiveram papel protagonista na formação educacional do povoado, e toda a população se dedicou incansavelmente a retribuir e construir suas igrejas e salões.

O aumento da população levou a construção de uma nova igreja, que iniciou em 1932, cuja padroeira era Santa Isabel de Hungria, e que ficou tão linda e majestosa com uma variedade de estilos arquitetônicos e pintura das paredes em sirex e pena, que foi



Igreja Matriz de Santa Isabel e Casa de Cultura



Tradicional casa de Tres Arroios

Consagrada a Igreja Matriz, em 1942, pelo Bispo Diocesano de Santa Maria.

A festa de aniversário da matriz, foi se mesclando com outras comemorações e se transformou, além de festa religiosa, em uma festa tradicional alemã Kerp.

A festa hoje é considerada a maior festa alemã da região, que chega a receber cerca de 15 mil visitantes durante seus três dias de festa. A festa que começou lá na igreja, teve seu ápice com organização do clube, o Grêmio Tresarroiense, que na época chegou a receber mais de 20 visitantes em apenas 1 dia. Com o passar dos anos a festa foi sofrendo impactos da atualidade e chegou ao fim. No entanto, para que a tradição não acabasse, a prefeitura junto aos sócios do clube, decidiram resgatar o evento, e transformá-lo no Chopp Fest, que é comemorado junto com o aniversário do município, que teve sua emancipação em 1989.

Estivemos no 2º Chopp Fest, que teve um ano cancelado devido a pandemia, e vivenciamos a alegria e manifestação cultural dos três-arroienses. Nesses três dias de festa provamos o típico e delicioso salame cozido com cuca alemã, dançamos ao som de várias bandas regionais, brincamos jogos locais, como não poderia faltar, muito chopp!

Todo mundo se prepara o ano todo para a grande festa. Por onde passamos as casas estão decoradas e a população só na expectativa do evento que os dá tanto orgulho!



Prefeito Burille e primeira dama, junto com as princesas e rainha do munipio, e os mascots da festa Frida e Fritz



Cuca alemã com saleme cozido



Apresentação do Grupo Só Alegria



Caminhão de chopp com dois toneis.

TRÊS ARROIOS: CHOPP FEST SUPEROU EXPECTATIVAS

Por Radio Aratiba

Considerada a maior festa germânica da região, a segunda edição do Chopp Fest registrou grande sucesso e superou as expectativas de acordo com os organizadores.

A festa ocorreu nos dias 26, 27 e 28 de novembro, na praça Augusto Kops em comemoração aos 34 anos de emancipação do município. O evento foi promovido pela Prefeitura Municipal e a ACCITA – Associação Comercial, Cultural e Industrial de Três Arroios.

Segundo a organização, durante os três dias foram comercializados cerca de 15 mil litros de chopp.

Os visitantes e a comunidade de tresarroiense puderam celebrar a cultura germânica com músicas, presença do Fritz e Frida, gastronomia, provas da marachopp, concurso chopp em metro e dançar com as seis bandas e o Dj que se apresentaram, animando o público com repertórios diversificados, tudo com qualidade e alegria.

O prefeito Carlos Burille, em seu discurso no encerramento da festa, agradeceu a todos que participaram. "Nosso muito obrigado a todos que se fizeram presentes no 2º Chopp Fest. Também agradecemos os funcionários da Prefeitura e as demais pessoas que trabalharam nos diversos setores. Ficamos muito felizes pelo resultado. Todos se divertiram muito", concluiu o prefeito Burille.

Para o vice-prefeito Tiago Schafer, o evento foi um sucesso. "O povo da grande região se fez presente, aceitou nosso convite. Ficamos quase dois anos sem eventos e agora retornamos com está festa que vai ficar marcada na história de Três Arroios".



Na abertura da festa há um tradicional cerimonial, onde todas as autoridades do município , e até mesmo deputados, convidam o publico a participar com muita alegria e descontração da festa. O evento foi promovido pela Prefeitura Municipal em conjunto com a ACCITA – Associação Comercial, Cultural e Industrial de Três Arroios.

A cidade que também conta com um balneário de águas termais, demostrou que diversão, alegria e muito trabalho comunitário formam o cartão postal da cidade!

Fotos: Raissa Jardim



A comunidade curtindo ao som das musicas típicas



Igreja Matriz com iluminação de fim de ano

O ECO JORNAL NA COMUNIDADE

A DOENÇA POLÍTICO PARTIDÁRIA: CASO APA TAMOIOS

Por N. Palma – O Eco Jornal

Todos os meses informamos, o que nos parece viável para a comunidade, crescer harmonicamente na produção do pão de cada dia. Até hoje fizemos duras críticas aos comportamentos que atrapalham e a falta de participação das pessoas de bem para que isso melhore. Parece não ter tido efeito. Entretanto, com o advento de modificação da APA TAMOIOS, observou-se grande movimentação da sociedade, que embora tardia poderá ter êxito. A sociedade não pode parar, se quiser que nosso espaço não vire "terra de ninguém". Não se pode esperar que a corda arrebente para depois lamentar os danos. Eu pessoalmente, não participo mais das discussões ambientais, por desilusão. O grande número de gestores das organizações ambientais dos governos, favorecem ao desastre ambiental, por não terem autonomia, pois são "pau mandado" de quem os nomeou. A partir daí se cria a desordem que conhecemos, criadora dos interesses escusos. Lutamos mais de 20 anos nesse "atoleiro", vencendo e perdendo, mas o saldo é negativo. O Eco 160, (ver no site), explica muito bem nossa luta, onde vencemos grande número de malfeitores, mas alguns estão de volta e com muita força. Observamos que a sociedade está lutando para que o meio-ambiente seja protegido, mas nos parece muito enfraquecida em relação ao passado, quando as opiniões políticas não faziam parte do meio-ambiente. Nós não misturávamos os assuntos. Tampouco a questão econômica dos participantes do bem. Estava unida em todos os escalões. Os tempos já são outros, mas apostamos nos que lutam pela proteção ambiental.

Assisti, online, a Audiência Pública da APA Tamoios. Lamentavelmente concluí que grande parte das discussões eram de cunho ideológico, e não de transformar caminhos tortuosos em retilíneos para a melhora do meio ambiente. Era cópia dos debates parlamentares, onde a ética não tem espaço. Democracia deve somar ideias, não derrubar a qualquer custo ideias que poderiam ser melhoradas. Concluí que pela inoperância do INEA, nas mais diversas razões, deu espaço à Prefeitura de tentar apoderar-se da APA, o que será ainda mais inoperante, pois conhecemos muito bem como ela funciona. Para a política partidária, o meio sempre justifica o fim, desde que resulte positivamente em seu interesse, que normalmente é escuso.

No discurso do Prefeito Fernando Jordão, que sempre se intitulou o grande mentor da retirada do lixão da Ilha Grande e quando o assunto for meio-ambiente sempre faz referência, há um enorme equívoco. Pois isso aconteceu por grande pressão como comunidade, que era capitaneada por Gerhard Sardo, hoje da comissão de meio-ambiente da Alerj. Ele estava presente à reunião e só não desmascarou o Prefeito, porque, como coordenador da comissão, entendo, que estaria proibido de se manifestar.

A questão ambiental, que tanto lutamos por ela e tanto necessitamos dela para nossa qualidade de vida, está se tornando cada vez mais um grande gargalo nacional nas discussões dos temas por tudo ser radicalizado. A discussão das ideias está sempre em segundo plano. Lamentável!

O Eco está à disposição para opiniões sobre o tema, desde que apontem para soluções, não para conflitos. A DISCUSSÃO AMBIENTAL SÓ ADMITE O CAMINHO DA SOLUÇÃO, NÃO DA DEFESA DOS INTERESSES PESSOAIS. Quer dizer: NÃO, ao político partidário. O político partidário hoje é doentio!



PITOSTO FIGHE - SÁTIRA

Circula uma frase que diz: "SÓ PORRADA GERA COMPREENSÃO"! Nos bastidores das más línguas é atribuída a Ciro Gomes, mas na verdade não sei o autor. Seja como for, ela cabe nas discussões do destino da APA TAMOIOS. A ÉTICA FOI RAGADA EM TODOS OS NÍVEIS. Não ria, pois é mais louvável para chorar!

EVENTO

ILUMINAÇÃO ESPECIAL LEVA A MAGIA DO NATAL PARA AS RUAS DE ANGRA DOS REIS

Por Elizabeth Santos, de Edelman

Uma iluminação especial vai trazer a magia do Natal para as ruas de Angra dos Reis neste fim de ano. Oito bairros da cidade, incluindo a Vila do Abraão, na Ilha Grande, estão decorados com enfeites luminosos, graças a uma parceria da Prefeitura da cidade com o Consórcio Luz de Angra. Ao todo, são 60 enfeites luminosos com cinco diferentes imagens de temática natalina. A Vila Noel, no Centro, além de praças e monumentos históricos do município, estão recebendo iluminação especial e arquitetural para celebrar o Natal.

A inauguração da iluminação de Natal aconteceu na noite de terça-feira (23/11), junto com a abertura da Vila Noel, na Praça General Osório. O evento contou com a apresentação da Angra Harmony Orquestra. A vila encantada onde vivem o Papai Noel, Mamãe Noel e seus ajudantes ficará aberta à visitação até 6 de janeiro, quando também será desmontada a iluminação especial de Natal da cidade.

"A iluminação especial é uma atração turística em importantes cidades do mundo inteiro. Angra está entrando nesse circuito em um momento muito representativo. Depois de um 2020 em que quase não houve celebrações natalinas por conta da pandemia, queremos que as luzes de Natal contribuam para dar esperança e alegria aos moradores, além de trazer visitantes para a cidade", disse Carlos Eduardo Cardoso, diretor de e-City da Enel X, companhia que integra o Consórcio Luz de Angra, ao lado das empresas Selt Engenharia e Mobit.

A Vila Noel funciona durante todo o dia, mas o Bom Velhinho estará a postos para receber os visitantes das 18h às 22h. De sexta a domingo, artistas locais vão se apresentar, incluindo os alunos do projeto Musicalizando. Nos outros dias haverá som mecânico com músicas natalinas. Nos dias 25 de dezembro e 1º de janeiro a Casa do Papai Noel não funcionará.

Sobre o Consórcio Luz de Angra

O Consórcio Luz de Angra, formado pelas empresas Enel X, Selt Engenharia e Mobit, iniciou as operações da PPP (Parceria Público-Privada) com a Prefeitura de Angra dos Reis em outubro de 2020, para administrar e modernizar o parque de iluminação do município por um período de 15 anos. Entre as ações previstas está a modernização de cerca de 20 mil pontos de iluminação usando LED na cidade, incluindo cerca de 2 mil luminárias telecomandadas. O consórcio também implantará um centro de controle para monitoramento 24 horas por dia e fará a modernização da iluminação arquitetural em monumentos estratégicos.

Sobre a Enel X

Enel X é a linha de negócios global da Enel dedicada ao desenvolvimento de produtos inovadores e soluções digitais em setores onde a energia está mostrando o maior potencial de transformação: cidades, residências, indústrias e mobilidade elétrica. A empresa é líder global no setor de soluções de energia avançada, gerenciando serviços como 6 GW de capacidade de resposta da demanda em nível global e 116 MW de capacidade de armazenamento de energia em todo o mundo, bem como um player líder no setor de mobilidade elétrica, com cerca de 170 mil pontos de carregamento públicos e privados de veículos elétricos em todo o mundo. A inovação e a sustentabilidade estão no centro da estratégia da Enel X desde o seu início, com a economia circular sendo a combinação perfeita desses dois elementos, aplicada em muitos dos produtos e serviços da Enel X.

No Brasil, a Enel X está comprometida em fornecer soluções tecnológicas inovadoras e serviços de valor agregado com o objetivo de impulsionar a mobilidade elétrica, o consumo consciente e eficiente de energia e a transição para um sistema energético global mais sustentável em benefício de clientes residenciais, empresas e cidades.



NOTÍCIA

SANTOS É A PRIMEIRA DO MUNDO A ESTABELECER CULTURA DE PRESERVAÇÃO DOS OCEANOS NA REDE DE ENSINO

Por Prefeitura de Santos

Santos é a primeira cidade do mundo a estabelecer a cultura oceânica como política pública. Nesta sexta-feira (12), foi sancionada a Lei Municipal no 3.935, que prevê a inserção de conhecimentos sobre oceanos e preservação da vida marinha em diferentes formas de atividades pedagógicas na rede municipal de ensino.

A medida adotada pelo Município repercutiu internacionalmente por ir ao encontro de ações mundiais de preservação do meio ambiente relacionadas à Década do Oceano (2021 a 2030), em agenda proposta pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2017. "O que estão fazendo em Santos é muito importante para dar exemplo a outras cidades e outros países, pois é algo que o mundo todo necessita fazer", comentou a italiana Francesca Santoro, coordenadora do Programa de Cultura Oceânica da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), agência da ONU.

"É a primeira vez que isso acontece e entendo que esse é momento certo", disse ela, considerando que se trata da primeira vez que um município inclui a cultura oceânica na própria legislação e lembrando que o tema está entre os debatidos na 26ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP26). "Nesse momento, governos e especialistas da sociedade civil estão discutindo em Glasgow (Escócia) o que precisamos fazer para uma mudança realmente necessária".

FUTURO

Ao sancionar alei, o prefeito Rogério Santos falou sobre a relação da Cidade com o meio ambiente e a expectativa em relação ao futuro. "Santos está entre dois ecossistemas importantes, o do Oceano Atlântico e o da Mata Atlântica. Localmente, precisamos fazer a nossa parte. E a melhor forma de transformar a sociedade é por meio da educação e da influência dos jovens e das crianças sobre as famílias. Então, essa medida que adotamos hoje terá um impacto muito importante".



Medida vai ao encontro de ações mundiais de preservação do meio ambiente. Foto: Arquivo e Carlos Nogueira

EDUCAÇÃO

A lei sancionada cita a "transversalidade do oceano" ao estabelecer que o tema seja abordado sob diferentes óticas na rede municipal de ensino. "Esse assunto poderá atravessar todo o currículo. Não será apenas o professor de Ciências que tratará dele, mas todos os demais educadores, cada um na sua espacialidade", explica Rita Nascimento, chefe da Coordenadoria de Formação Continuada da Secretaria Municipal de Educação (Seduc).

"O tema não está no currículo como a história do Brasil, mas agora existe obrigatoriedade de ser trabalhado de forma misturada". Segundo ela, a cultura oceânica passará a integrar os processos de capacitação dos docentes em palestras, encontros e cursos de formação continuada. "Serão várias ações para que possam seguir trabalhando e fazendo essa ponte nas aulas de Português, Inglês, Educação Física e em qualquer outra disciplina, como projeto da escola".

Antes de ser oficialmente adotada, a medida já era discutida entre especialistas da Prefeitura e da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), representada pelo professor Ronaldo Christofoletti, que também é coordenador de comunicação da Década do Oceano pela Unesco. "Até hoje, no mundo, nenhuma legislação obrigava que se falasse sobre o oceano. Crianças e jovens aprendem quando um professor quer e não porque existe uma política pública que garanta. Então, há uma meta de que, até 2030, seja um dever falar sobre o oceano. Ou melhor, um direto de todos ter esse conhecimento".

Ele acredita que a iniciativa renderá frutos no futuro, mas que, antes disso, passará por uma fase experimental. "Teremos uma etapa inicial de integração das técnicas de abordagem. É um processo de construção com os professores da rede e se espera um impacto de médio a longo prazo, formando cidadãos mais conscientes sobre o oceano".

PROJETO

A lei de implementação da cultura oceânica nas políticas públicas do Município é de autoria da Câmara Municipal, a partir de projeto do vereador Marcos Libório, com auxílio de técnicos das secretarias de Educação e Meio Ambiente

NOTÍCIA

ALERJ PODE AUMENTAR LINHAS DE CRÉDITO PARA MULHERES EMPREENDEDORAS

Autora de projeto de lei, deputada Rosane Felix justifica que quase metade dos lares é chefiada por mulheres

Por Juliana Oliveira

Com o desemprego em alta e quase metade dos lares brasileiros chefiados por mulheres, a Assembleia Legislativa do Rio (Alerj) vai analisar um projeto de lei para ampliar e oferecer mais recursos ao empreendedorismo feminino em todas as regiões do Estado do Rio de Janeiro.

Através do projeto de lei 4541/2021, a deputada Rosane Felix (PSD) quer aumentar a participação de mulheres em vagas ou recursos ofertados em programas de concessão de linhas de crédito.

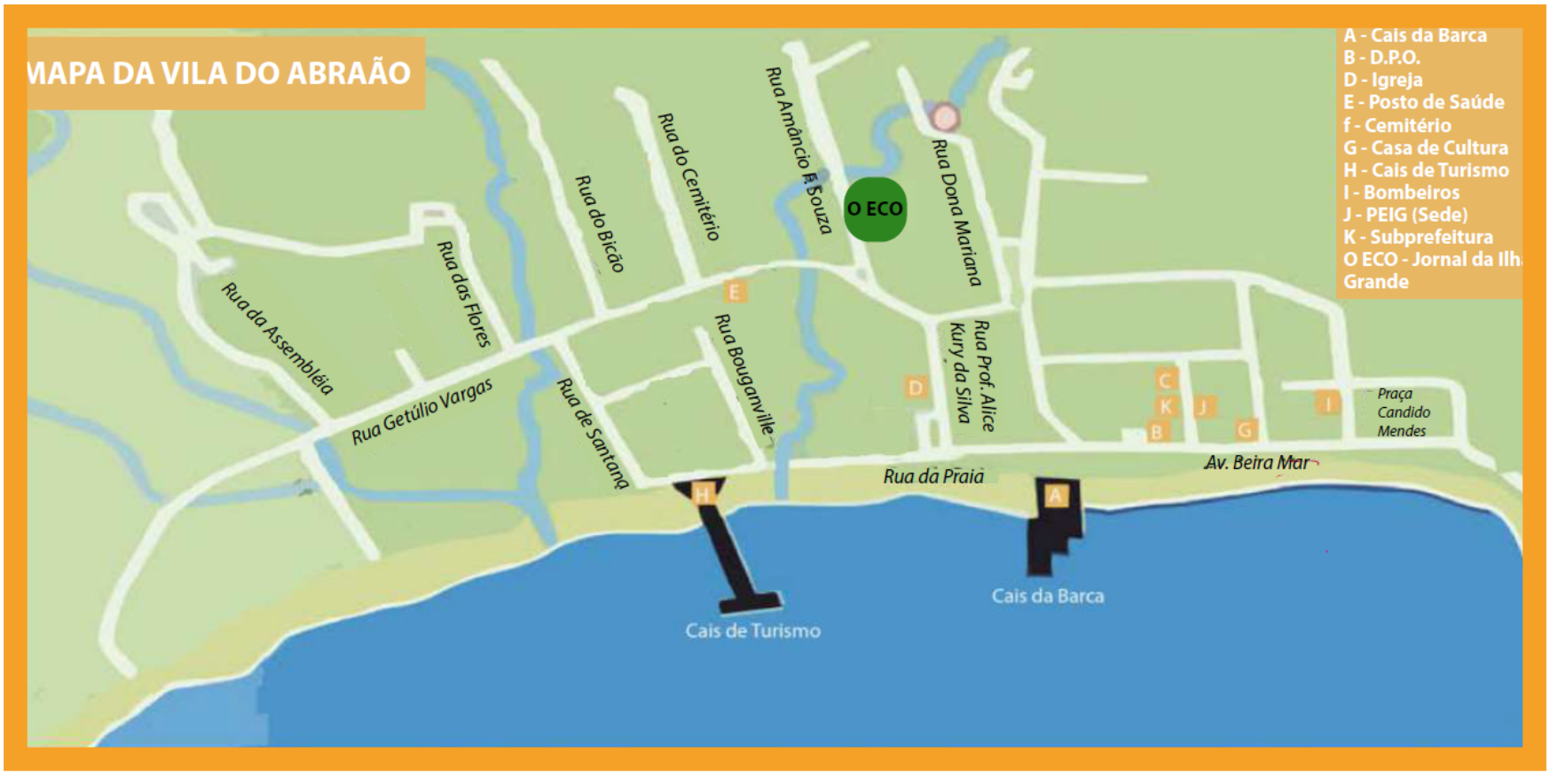
A proposta estabelece que sejam reservadas às mulheres microempreendedoras individuais (MEI), associações e cooperativas de mulheres e micro e pequenas empresas chefiadas por mulheres, conforme o caso, 10% das vagas ou dos recursos ofertados em programas de concessão de linhas de crédito do Estado do Rio de Janeiro.

Na justificativa, Rosane Felix destaca que o projeto de lei irá contribuir com o impulsionamento e a autonomia financeira das mulheres, como uma das políticas de enfrentamento à desigualdade de gênero no mercado de trabalho.

"Em pleno século 21, as mulheres ainda recebem menos do que os homens, mesmo exercendo as mesmas funções, chegam em menor número aos cargos de chefia e sofrem discriminação por conta da maternidade. Além do enfrentamento ao desemprego motivado por razões de gênero, também devemos atuar no estímulo ao empreendedorismo feminino. Com o aumento de linhas de créditos ofertadas pelo Estado, as empreendedoras poderão utilizar o recurso como capital de giro", explica a deputada Rosane Felix.

A proposta será analisada pelas comissões de Constituição e Justiça; Defesa dos Direitos da Mulher; Economia; e Orçamento.

Dados divulgados pelo IPEA e IBGE dão conta de que 45% dos lares brasileiros são chefiados por mulheres, sendo que 63% deles por mulheres negras que estão abaixo da linha de pobreza. Com a pandemia, a crise do desemprego se agravou e atingiu mais duramente essas mulheres. Cerca de 58% das mulheres desempregadas são negras. Na totalidade, a pandemia da Covid-19 tirou, somente no terceiro semestre de 2020, perto de 8,5 milhões de mulheres do mercado de trabalho, colocando em risco o sustento da casa, o pagamento das contas básicas e o acesso à alimentação.



OH, FELICIDADE!

Por Ricardo Yabrudi

Num dado momento passado, o homem sentia a dor como incômodos constantes que o assolavam. Em conjunto, também o prazer imediato consolava seu selvagem instinto, aliado dos seus desejos mais pungentes, efêmeros. Mas num raiar inesperado de um dia morno fulgurava o esplendor da reflexão em luminescência. Decepcionado, o instinto afoito, aquele que impregnava a vida primitiva, perguntava por que não mais o assistia prontamente. A razão sorriu! Seu silêncio bordado de alegria obrigou o instinto a se sentar na sala de espera para ser chamado e atendido pela temperança. Agora, senhora não mais do acaso, brincava com o tempo. Nada mais seria como antes. O instinto deveria esperar sua hora de agir ao comando de uma decisão, fruto da reflexão que despontou como um novo dia. O homem primitivo transformado bailou com a dor, com a alegria e tudo o que prontamente o afetava numa dança vagarosa, lenta, responsável, medindo, conduzindo cada passo. Agora o instante havia se alongado com os mais inusitados devaneios. Domou o tempo, domou o instinto, domou sua ansiedade através do exercício da razão. Ele conheceu a FELICIDADE!

Toda a alegria então transbordou da taça do entendimento. Muito associada ao riso, ao sorriso, ao contente, ela se relacionou a um modo de reflexão apurada. Ao aspecto da felicidade que faz o homem sorrir, é importante informar: que esta passa pela estrada de uma reflexão racional, o da via filosófica. É quase impossível precisar quando ela surgiu - aliada à sorumbática visão do mundo questionável. O homem primitivo, nesta reminiscência, ao descobri-la acordava de um sono onde o instinto era o motivador de seus desejos lancinantes porque sonhava somente com a necessidade. Possivelmente, antes do ato reflexivo, as imagens dos seus sonhos eram as mesmas do seu estado em vigília numa igualdade permanente que percorreu milênios na história.

O grande ato, o filosófico, teatral por excelência, posterior a esta fase instintiva, veio à tona acordando aquela espécie, (o homo sapiens, do latim "homem sábio"), vislumbrando um outro mundo ainda não experimentado. Era chegada a hora de se alegrar com o pensamento. Tudo mudou a partir deste marco fundamental, repartido entre instinto e razão. O ser primitivo transformou-se em homem de alegria através do filosofar. Não era mais necessária a ação objetiva, pois o ato reflexivo substituía de um outro modo as necessidades corporais, instantâneas, imediatas. O instinto afoito foi detido, freado pelo cuidadoso pensamento. O amor instintivo cedia lugar ao amor que fazia o apaixonado perder a fome pela perda da amada – o luto amoroso afastava o prazer da farta mesa, do banquete real. Naquele momento, a dor, o sofrimento, também como oposição da alegria, pôde ser neutralizada através do pensamento temperante – (No "Banquete" de Platão está relatado o controle do corpo por parte de Sócrates, quando este andava tranquilamente descalço pela neve enquanto Alcibíades sentia intenso frio).

O mundo puramente primitivo, instintivo, cedia lugar ao pensamento reflexivo, aquele que criou a arte. Com ela a felicidade se tornou nova descoberta. O instinto apenas saciava, enquanto a felicidade não compactuava com ele, pois não se associava àquela satisfação puramente corpórea, imediata. Os poetas românticos se apaixonavam pela vida nebulosa. O homem estava transformado: este perdia sua brutalidade. No inicial matriarcado venerou a gestação que esculpiu em pedra.

Via neste símbolo do instinto procriativo, a gestante fêmea, não mais o produto do culto do ato libidinoso, de erotismo vulgar, mas a representação simbólica da fertilidade – a existência não teria um fim no individuo, mas o olhar na perpetuação da espécie se tornava algo sublime e não era mais apenas: escrava da "vontade" natural que Schopenhauer anunciou. Termos como existência, se tornaram um teatro do choro, na morte de parentes. O homem não estava mais decepcionado com a ausência da longevidade infinita, abreviada pela parada dos batimentos cardíacos – aceitava a morte como condição de nova vida no além-túmulo. A dor e sua oposição, a alegria, estavam contidas num mesmo cântaro, fazendo o homem entender melhor a felicidade na pulsão de vida; esta que oscila entre a fortuna e o infortúnio.

O homem grego da antiguidade descobria a "eudaimonia" (felicidade) que despontava, como o sol que surge no horizonte, inaugurando uma nova era. O homem descobria a arte. Ao exercitá-la imaginou que poderia manuseá-la através de representações. Estava livre no momento desta viragem: partiu do solitário instinto residente no mundo real, mudo, objetivo, hedonista, para outras terras de fantasia. A felicidade inaugurou o amor pelo amor, assim como a arte pela arte ("L'art pour l'art"), que surgia para transmutar o mundo objetivo em um mundo de imaginação. A objetivação do mundo estava sendo compreendida pelo homem que buscava sua essência, a da coisa em si de Kant, através da arte.

Onde estaria a felicidade? Estaria no instante em que foi encontrada fora do mundo real – esse mundo de representação assentado no brutal instinto, (o sorriso e a alegria não têm cor nem forma). O homem perdia o apetite porque se apaixonava. Confeccionou vestes sacerdotais, jejuando, trocando a glutonaria por uma felicidade para se servir de algo mais metafísico premiado por um ascetismo - encontrou a felicidade também na fome. O belo, como

excelente, fulgurava no rito religioso e no estabelecimento de padrões, por exemplo, nos lindos retábulos barrocos em jacarandá folheados a ouro, esculpidos por mestres de ofício, (estes, por exemplo, foram assentados nas laterais das naves das igrejas brasileiras).

Neste ascetismo também os poetas românticos foram solidários. Até nas garatujas dos pintores abstratos o homem se banqueteou, ficando estático com o se olhasse para a lua cheia - cheia de graça, com uma bala nos olhos desferida por Georges Méliès. O cinema inaugurava mais uma nova era de felicidade.

O homem foi inventando novas formas de expressão para fugir do mundo real, para ser feliz. Somente se afastando cada vez mais da realidade poderia entender o que se passou quando se lembrava da rudeza da vida instintiva que levava. O homem aumentou seu repertório estético encontrando a felicidade. O espaço-tempo se perdeu no seu continuum, no seu raciocínio. O a priori foi descoberto porque não necessitava mais da experiência para compreender o mundo. A sucessividade temporal estaria sujeita à sua vontade: a arte trazia o passado para o presente, o presente desvelando o futuro.

Nesse acordar sorridente, através da educação, ensinou seus semelhantes a ver toda essa magia que estava oculta, agora desvendada diante de seus olhos. Esparramou alegria no mundo, agora novo, novo-mundo, podendo olhar as nuvens e encontrar as mesmas figuras que via no mundo real, como num teste psicológico de Rorschach. Um borrão colorido de tinta anunciado pela vanguarda não significava mais apenas uma mancha maculando uma tela sempre agraciada com paisagens, todavia, o acaso profundo que despertava o olhar para o inusitado: o irreal se tornava real.

O homem havia descoberto a catarse! De boca aberta, insolitamente, apreciava a raridade do mundo artístico respeitando-a religiosamente através de um culto. Neste contraste observou que a felicidade não estava mais no colo do desejo imediato, mas na "contemplação", fugaz, que o alienava. Passou a descobrir o sonho enquanto estava acordado. Acordou daquele pesadelo para viver com seus vivos pensamentos.

PIX x CRIME

Por Marcos Espínola*

Estamos na era digital que protagoniza transformações em vários segmentos, dentre eles o financeiro. O problema é quando a inovação traz facilidades, mas também riscos eminentes para o cidadão. O Pix é um dos mais recentes exemplos que surgiu trazendo de carona novos crimes e o aumento de outros, algo que precisa de maior atenção das autoridades. Quando se pensa e se lançam inovações é fundamental que haja análise minuciosa de possíveis modalidades de crimes que possam surgir.

O Pix, lançado há um ano e que visa facilitar as transações bancárias digitais, caiu na graça da população. Podendo ser utilizado 24 horas por dia, tem o diferencial do dinheiro transferido cair de imediato na conta do beneficiário sem qualquer custo. Estatísticas do Banco Central apontam 263 milhões de chaves cadastradas por 98 milhões de usuários do serviço até junho de 2021.

No entanto, a outra face da história é que logo após o Pix ter sido lançado, criminosos passaram a utilizá-lo para praticar golpes na Internet. Um deles é o golpe do cadastro, no qual e-mails, mensagens e mídias sociais falsas de instituições financeiras são enviadas para as pessoas. Os anúncios levam para sites falsos, com o layout igual ao de bancos conhecidos. O site solicita os dados da pessoa, inclusive senhas, o usuário não tem o cadastro do pix realizado e o golpista passa a ter acesso aos seus dados pessoais.

Outro golpe é o comprovante de pix falso, no caso de compra e venda entre pessoas físicas feita pela internet, mas com entrega física do produto. O criminoso vai até o local combinado para a entrega, retira o produto e envia por mensagem um comprovante de transferência via pix, idêntico ao gerado pelo banco, porém falso. Tem ainda o golpe do pix errado, o do pix agendado, entre outros.

Somado aos golpes no ambiente on line tem o agravo dos sequestros-relâmpagos quando bandidos forçam o indivíduo a realizar transferências. Em SP o aumento foi de quase 40% desde o lançamento do pix. Embora não haja estatísticas precisas a média nacional deve girar em torno disso.

Assim, é preciso urgentemente que o sistema financeiro desenvolva medidas que deem maior segurança ao cidadão. Uma delas é uma identificação mais precisa dos usuários, evitando que haja tanta transação com CPFs quentes, mas com a finalidade de lavar dinheiro ou falcatruas de várias espécies, com a utilização de laranjas e até rachadinhas.

A tecnologia é positiva, mas deve ser pensada também com o olhar da segurança. E precisamos ter maior rigor da lei com punições severas, nessa relação entre pix e crime.

*Advogado criminalista e especialista em segurança pública

"Caro leitor, nós temos um compromisso com nossa imigração, nossa história e nossas marcas deixadas, razão de termos esta página dedicada à cultura italiana, que poderá não ser de seu interesse, portanto nossas desculpas". Mas se quiser nos acompanhar será bem-vindo!

MEMORIAL DOS PALMA

Serão bem-vindos a participar desta página, todos os interessados na divulgação da memória da cultura italiana. Aqui temos espaço para todos e por certo nos estimularão a perseverar nesta jornada. Não esqueçam de que o "talián" é a língua mais falada no Brasil depois do português. Envie sua matéria para o e-mail do jornal: oecojornal@gmail.com. Também podem ler todas as edições passadas, em www.oecoilhagrande.com.br e saber mais sobre nós mesmo em WWW. memorialdospalma.com.br além de instagram e facebook.



Repetimos para que o novo leitor, entenda nosso propósito pelo início: - Nesta casa nos criamos, aprendamos o básico da vida,

que é o sentimento familiar, respeitar a todos, ser honestos e termos Deus como fundamento espiritual.

- Você pode enviar notícias, opiniões, contos, enfim tudo o que possa interessar à imigração italiana. Nós publicaremos!

CRONOGRAMA DE EVOLUÇÃO DO MEMORIAL

1 - MÊS DE NOVEMBRO – Este mês foi cheio!

- Recebemos a visita de pessoas da EMATER e de pessoas ligadas à natureza, tendo como "*hobby*", visitas aos lugares que identificam a natureza intacta. Muito nos sensibilizou sua postagem no Facebook, onde reproduziram textos de eventos e referências interessantes sobre a área do memorial. Também para nosso propósito de manter viva a cultura da imigração italiana e o compromisso que temos com a questão ambiental. Foi de suma importância e muito estimulante para manter vivo nosso propósito.

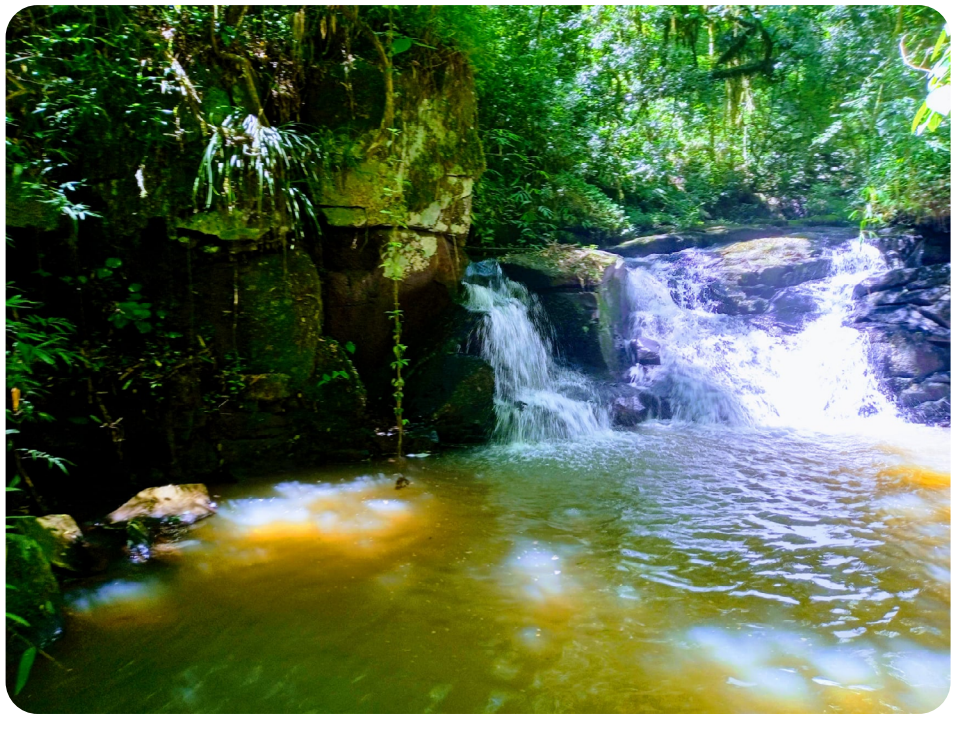
Postagem:

Jucimar Daniel Zinkiewicz

" Os ascendentes de imigrantes italianos do Veneto, já com mais de 140 ano de Brasil, são simples, falantes, informais, engraçados, cômicos e preservam em suas raízes todas as expressões tradicionais.



Linda propriedade rural com várias cachoeiras e a antiga residência transformada em um museu, preservado a história não só familiar, mas do município e de nossas origens."





No Facebook, foi publicado o trailer do longa metragem que estará no cinema em 2022 . Constam cenas filmadas na área do memorial. – Vejam postagem:

- Giovan Poganski

"Parabéns a todos pela iniciativa em resgatar esta linda história e por ter a participação de membros da nossa Comunidade. Com certeza é e será um grande sucesso para o mundo inteiro."

- Osnei de Lima

"Trailer do filme " BARÃO HIRSCH - O judeu de Quatro Irmãos ". Uma obra cinematográfica que conta a história do maior filantropo de todos os tempos, e que trouxe para Quatro Irmãos, ao norte do RS, judeus oprimidos que viviam no Leste Europeu!

Aguarde!"

2 - OBRAS

- Construção da trilha "La Fontana" e parte do circuito;
- O *puner* (galinheiro), para as galinhas deixarem de ser nômades; Veja o linkhttps://www.youtube.com/watch?v=GbY_ll_Nuso
- O Banhado para espaço dos batráquios, que era propósito não foi concluído, ficará para janeiro de 2022;
- Terraplanagem para a festa de 15 e 16 de janeiro, parcialmente concluída;
- Retirada e aproveitamento das abelhas que se hospedaram no memorial;
- Retoques necessários no Memorial, que na verdade se tornam uma constante e preparativos para a festa de 15 e 16 de janeiro.

Um agradecimento aos que se dedicaram a tarefa: Zeca, Lurdes, Marcos, Nelson, Raissa, Rafael.

3 – O TRABALHO ENOBRECE E O LÚDICO ESTIMULA A VIVER

Nas horas vagas, nossa equipe gosta de curtir a "emoção de viver", o que nos levou a "botecar" na quinta à noite em Erechim. De retorno, uma noite em Três Arroios na festa dos alemães, no sábado em Curitiba para desfrutar o Rock in Rol no HARD ROCK. Foi muito show, recomendo! Também uma visitinha à Helena, nossa irmã. Domingo, de retornando por Iporanga (Vale do Ribeira), visitando as cavernas e nosso irmão Abel que mora lá; na segunda, dia 29, Ilha Grande como ponto final. Ufff! Coisa de



Nelson Palma, no clima da festa alemã de Tres Arroios



O peão contemplando seu trabalho



Equipe O E co no momento lúdico



Equipe O Eco e familia de Abel Palma em Iporanga



Show de Rock no Hard Rock Café Curitiba

doido, mas valeu o "estradeiro" de cinco mil km.

4 – AGRADECIMENTOS

À Prefeitura de Quatro Irmãos e ao Duti Chefe de Gabinete, pelo apoio que nos tem dado.

5 – FESTA DO TERCEIRO ANIVERSÁRIO DO MEMORIAL

A FESTA DO 3º ANIVERSÁRIO DO MEMORIAL

Confirmada para 15 e 16 de janeiro, 2022!

Programa para o dia 15

9.00h CAFÉ para quem estiver chegando;

10.00h CERIMONIAL, que constará:

- abertura;
- pronunciamento de inscritos para falar;
- cenas diversas de declamação, cantoria ou contos;
- parabéns aos três últimos septuagenários. É cultural entre nós aos 70 anos fazer um festão, mas por motivos inesperados, entre eles a pandemia, não se realizou, então neste evento farão parte do "pacote festivo", os septuagenários, Abel, Davi e José Elói (o Zeca);
- momento oração e de agradecimento a Deus por tudo;
- Encerramento;
- Foto de todos os presentes na área externa do memorial. O corte do tradicional bolo, ainda será equacionado como será.

Em continuação, liberdade para prosear,

conhecer o memorial, a cachoeira, brincar com os carneirinhos, ver os peixes na pesqueira, enfim, congraçamento.

13.00h o tradicional churrascão (vai ter costelão) e se possível alguma atração musical. Rodas de prosa até às 17.00h.

19.00 capeletti al brodo para quem ficar. Prosseguindo com ciácole (prosa) em forma de "filó" e como improviso, música.

Programa para o dia 16

Semelhante ao de 15, com as modificações que se fizerem necessárias em função do número de pessoas que vierem nesse dia.

IMPORTANTE

Nos facilitaria sobremaneira se pudessem confirmar os dias e o número de pessoas que participarão para: e-mail: oecojornal@gmail.com

Acomodações: não há acomodações no memorial, por tanto, informamos hotel em Jacutinga, simples e bom preço a 16 km. - Na entrada para Erechim, bem confortável bom preço e a 30km ou a rede hoteleira de Erechim onde encontrarão também com bom preço o Ibis Erechim.

Endereços dos hotéis sugeridos

Hotel e Restaurante Martinelli · Av. Angelo Gasparetto, 480, 99730-000 Jacutinga, RS (54) 9156-4302 ou 3368-1286

Brisa Parque Hotel - Erechim - RS F. 54.3519 2346

http://www.brisaparquehotel.com.br

Rua Henrique Pedro Salomoni, 621 Bairro Frinape - Erechim RS

6 – LENDAS

O grifo é do editor do jornal: uma infância e uma adolescência bem-vividas, trazem marca para o resto da vida, que "afloram do inconsciente" em forma de sonho, por vez do consciente como devaneio poético ou literário. A viagem pela arte de escrever, que meu irmão Heitor faz no texto, se passa pela região do nosso Memorial. Todos os dez irmãos possuem essas marcas, as conhecem, as curtem e as tem como parte da emoção de viver. Os nomes que designam locais, árvores ou animais foram todos atribuídos por nós que vivíamos isolados, por não termos vizinhos próximos ou por dificuldade do idioma. Para muitos leitores, não passará de uma "paranóia literária" do escritor, mas para quem vivenciou um lugar de contos, histórias rudes ou lúdicas, teatrinhos por quem viu fantasmas, cuja realidade do lugar volta aos tempos primitivos do índio de quando ali existia; também adaptados a cultura do Veneto, pois já não havia história escrita ou falada, haviam apenas marcas deixadas por quem fez parte desse passado. O texto é uma realidade incrível para os remanescentes desses tempos. Enfim, uma fantasia que marca a alma como realidade.

LENDA DE YAKUNARÉ FALANTE

Por Heitor Palma

O Geninho da Julieta contava uma história muito bonita sobre uma velha tartaruga falante que foi encontrada no poço do "Salto".

Dizia a lenda, que ela, em companhia do pai, mãe e seus irmãos subiam o "Sangão" e, ao chegar na "Barrinha", desviou-se inadvertidamente do grupo que continuou sua jornada em direção ao "Salto do Vóbito", enquanto ela foi subindo a "Sanguinha" durante dias e dias até bater na barreira do bloco basáltico do "Nosso Salto". Passaram-se muitas luas e ela sempre tentando galgar os degraus (muitos degraus!) e não conseguindo, mas não desanimava, subia alguns e por descuido ou por susto de pio de corujão, lá ia ela de volta ao poço num tombo inesperado. Uma vez Yakunaré já estava no penúltimo degrau, comemorando o fim de sua luta, quando veio uma tromba d´água que a fez despencar lá do alto até em baixo. Foi este o maior tombo que ela levou. Ela ainda andava meio tonta da queda e do susto quando um indiozinho a viu, correu e a pegou em suas mãos. Os demais índios já comemoravam naquele fim de tarde que iam ter um jantar seguro, ensopado ou no espeto de Guaimirim, mas aí a tartaruga começou a falar e contar a sua história em perfeito idioma Guarani e os índios sentaram-se em volta dela e ouviram atentamente tudo o que ela dizia. Ela falou do pai, da mãe, dos seus irmãos e irmãs e que havia se perdido, já passados muitos sóis, mas que, ainda esperava um dia encontra-los, porque tartarugas vivem muitos anos e porque ela nunca iria desanimar. Os índios admirados porque nunca haviam visto uma tartaruga falar, lhe deram, então água e comida abundante e a adotaram, deixando-a livre para ir onde quisesse e sempre a protegiam de tudo. Ela aproveitou para ir até o "Banhado do Ijair" e passeou por todos os riachos da vizinhança, até entrou no "Sumidouro" e foi nadar na "Fonte de Água" que os índios dela bebiam. A vida estava boa, mas o que ela queria mesmo era encontrar a sua turma, mas não sabia onde eles poderiam estar. Foi quando a mãe natureza a ajudou no seu caminho. Em manhã de 6ª feira grande tromba d`água a levou sanga abaixo e, numa pegada só, foi parar na "Barrinha", em questão de ½ hora apenas. Quase se afogou e quase morreu de susto! Ancorada numa pedra, onde batia uma réstia de sol, no poço da "Barrinha", ficou olhando para um lado e para outro e começou a reconhecer aquele lugar que fora o último que a fazia lembrar- se de ter visto seus irmãos, irmãs, pai e mãe antes de perder-se deles. Ficou pensando!... pensando, até que se lembrou do dom de falar e gritar que havia recebido quando estava nas mãos do indiozinho que a havia encontrado. Então pôs-se a gritar e chamar pelos pais e irmãos, muitas vezes e repentinamente surgiram todos, porque próximos estavam sempre esperando que Yakunaré um dia voltasse porque ela era determinada e lutadora. Daí em diante, foi muita festa e muita alegria durante muitos sóis e luas, porque tartarugas vivem muitos e muitos anos.

HP 15/3/2021

Trilhas da Ilha Grande

Trails of Ilha Grande
Angra dos Reis - Rio de Janeiro - Brazil









Angra
Mangaratiba
Abraão
Freguesia de Santana
Japariz
Bananal
Matariz
Saco do Céu
Enseada das Estrelas
Enseada do Sítio Forte
Longa
Praia Grande de Araçatiba
Vermelha
Gruta do Acaiá
Enseada das Palmas
Mangues
Pouso
Pico do Papagaio
Farol dos Castelhanos
Santo Antonio
Lopes Mendes
Caxadaço
Dois Rios
Parnaioca
Aventureiro
Provetá
Meros
T1
T2
T3
T4
T5
T6
T7
T8
T9
T10
T11
T12
T13
T14
T15
T16
Reserva Biológica da Praia do Sul
Parque Estadual da Ilha Grande

TRILHAS *TRAILS* · PRAIAS *BEACHES* · POVOADOS *VILLAGES* · CAIS DE ATRACAÇÃO *PIERS*

A Ilha Grande faz parte da Área de Proteção Ambiental de Tamoios (Decreto Lei 9.452-/12/86).
Ilha Grande is part of the Tamoios Environmental Protection Area (Executive Law# 9.452 of 12/86).

	T01	T02	T03	T04	T05	T06	T07	T08	T09	T10	T11	T12	T13	T14	T15	T16
	Circuito do Abraão	Aqueduto Saco do Céu	Saco do Céu Freguesia de Santana	Freguesia de Santana Bananal	Bananal Sítio Forte	Sítio Forte Praia Grande de Araçatiba	Praia Grande de Araçatiba Gruta do Acaiá	Praia Grande de Araçatiba Provetá	Aventureiro Provetá	Abraão Praia dos Mangues Pouso	Pouso Lopes Mendes	Pouso Farol dos Castelhanos	Abraão Pico do Papagaio	Abraão Dois Rios	Dois Rios Caxadaço	Dois Rios Parnaioca
Distância / Distance / Distancia	1.700m	7.900m	3.000m	2.700m	5.100m	6.000m	11.800m (ida e volta)	3.800m	3.600m - (ida e volta)	5.100m	2.000m - (ida e volta)	11.600m - (ida e volta)	8.000m (ida e volta)	14.000m - (ida e volta)	7.000m - (ida e volta)	16.000m - (ida e volta)
Nível / Level / Nivel	Leve / Soft / Leve	Médio / Medium / Medio	Leve / Soft / Leve	Leve / Soft / Leve	Leve / Soft / Leve	Leve / Soft / Leve	Médio / Medium / Medio	Médio / Medium / Medio	Pesada / Hard / Difícil	Médio / Medium / Medio	Leve-Médio / Soft-Medium / Leve-Medio	Leve-Médio / Soft-Medium / Leve-Medio	Pesada / Hard / Difícil	Pesada / Hard / Difícil	Médio / Medium / Medio	Médio / Medium / Medio
Atrativos / Attractions / Atractivos	Mirante da Praia Preta Poção Aqueduto Ruínas do Lazareto	Cachoeira da Feiticeira Manguezal Igreja de Cosme e Damião	Cultivo de Mexilhões Igreja da Freguesia de Santana	Lagoa Azul Cultivo de Mexilhões Igreja do Divino Espírito Santo Mirante do Bananal	Figueira Branca Cultivo de Mexilhões Manguezal Nascente	Cultivo de Mexilhões Cachoeira da Longa Igreja de São Pedro Igreja Nossa Senhora da Lapa	Gruta do Acaiá	Comunidade Evangélica	Igreja da Santa Cruz Praia e Pedra do Demo	Igreja da Praia de Palmas Vista da Enseada do Abraão	Pedras Lopes Mendes Monumento Artístico "Quando o lixo vira Arte"	Fazenda do Peter-Alemão Cultivo de Mexilhões Farol dos Castelhanos	Segundo ponto mais alto da ilha - Mirante 982 metros de altura - Visão panorâmica da bahia da Ilha Grande - Visão das praias Lopes Mendes, Dois Rios, Ilha de Jorge Grego, Saco do Céu.	Mirante Curva da Morte Piscina dos Soldados Ruínas Presídio da Ilha Grande Capela de Nossa Senhora do Bom Despacho	Caminho das Pedras	Toca das Cinzas Igreja Sagrado Coração de Jesus Cachoeira de Parnaioca Ruínas da antiga vila
Praias / Beaches / Playas	Do Consco Preta (presídio)	Iguaçu Camiranga Perequê de Fora Manguezal Do Galo Do Conrado	Do Conrado Do Funil Do Japariz	Praia da Baleia De Baixo Bananal Pequeno Bananal	Matariz Jaconema Passaterra Manguaraçuissaba Do Marinheiro Manguezal Sítio Forte	Tapera Ubatubinha Da Longa Ilhote da Longa Praia Grande de Araçatiba	Araçatiba Itaguaçú Praia Vermelha	Araçatiba Provetá	Provetá Aventureiro	Da Júlia Palmas Mangues Pouso	Pouso Lopes Mendes Santo Antônio	Da Itaoca Da Aroeira Do Recife Dos Castelhanos	Angra dos Reis, Restinga da Marambaia, etc.		Dois Rios Caxadaço Pesqueiro Trinta Reis	Dois Rios Parnaioca